



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 55

TERÇA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 1993

BRASÍLIA — DF



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 51^a SESSÃO, EM 5 DE ABRIL DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— Nº 152, de 1993 (nº 168/93, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

1.2.2 — Ofício do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafo da seguinte matéria:

— Emenda da Câmara ao Projeto de Decreto Legislativo nº 2/92 (nº 240/93, naquela Casa), que regulamenta a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional.

1.2.3 — Requerimentos

— Nº 322/93, de autoria do Senador Divaldo Suruagy, solicitando sejam considerados como licença autorizada os dias 13 a 15, 18, 21, 25 e 28 de janeiro do corrente ano. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Nº 323/93, de autoria do Senador Magno Bacelar, solicitando que lhe seja concedida autorização para participar da 89^a Conferência Interparlamentar, em Nova Delhi, Índia.

— Nº 324/93, solicitando licença dia 5 de abril em curso, a fim de participar, no Rio de Janeiro, no Museu da República, do Fórum A República em questão e, na Procuradoria-Geral do Estado, de debates sobre Presidencialismo. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR ESPERIDIÃO AMIM, como Líder — Criação do PPR a partir da fusão do PDS e PDC, ocorrida ontem em convenção nacional conjunta dos dois partidos.

1.2.5 — Comunicações

— Do Senador Guilherme Palmeira, de ausência dos trabalhos da Casa, no período de 8 a 19 de abril do corrente.

— Da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro — PTB, comunicando a indicação do Senador Jonas Pinheiro

para Líder e do Senador Valmir Campelo para Vice-Líder do Partido.

1.2.6 — Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Reforma Partidária.

SENADOR MAURO BENEVIDES Liberação por parte do Presidente Itamar Franco, de recursos para o combate à seca no Nordeste Programa anunciado pelo Presidente do Banco do Nordeste, objetivando o financiamento da água naquela região.

SENADOR NEY MARANHÃO — Seca no Nordeste.

1.2.7 — Requerimentos

Nºs a 325 a 330/93, do Senador Jutahy Magalhães, solicitando aos Srs. Ministros da Integração Regional, Alexandre Costa; da Saúde, Jamil Haddad, do Bem-Estar Social, Jutahy Magalhães Jr; da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Lázaro Barbosa; da Educação e do Desporto, Murilo Hingel, e da Indústria, Comércio e do Turismo, José Eduardo Vieira, informações que menciona.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar (nº 71/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar). **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 67/92 — Complementar). **Votação adiada por falta de quorum.**

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei de Senado nº 179, de 1990 (nº 202/91, naquela Casa, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, previsto no art. 175 da Constituição, e regula a obra pública. **Retirado da pauta** nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

1.3.1 — Matéria apreciada após a Ordem do Dia

— Requerimento nº 323/93, lido no Expediente da presente sessão. Votação adiada por falta de quorum, após parecer da comissão competente.

1.3.2 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR VALMIR CAMPELO — Análise das vantagens e riscos do novo método de administração empresarial da terceirização, que consiste em aumentar a produtividade, os níveis de qualidade dos produtos, reduzindo custos.

SENADORA JÚNIA MARISE — Homenagem aos 66 anos do jornal **O Estado de Minas**. Repúdio à notícia da existência de trabalhadores escravos no Estado do Rio de Janeiro, denunciada pelo Jornal **O Globo**, edição de ontem.

SENADOR AUREO MELLO — Congratulando-se com a participação vitoriosa da equipe brasileira de jóquei sobre piso nos 5º Jogos Olímpicos Especiais de Inverno, realizados na semana passada, em Salzburg Áustria.

SENADOR JONAS PINHEIRO — Razões para a apresentação de emenda à Constituição, que altera dispositivos da Constituição Federal; instituindo a moção de censura.

SENADOR FLAVIANO BENI VERAS — Defesa da privatização da Campanhia Siderúrgica Nacional — CSN.

SENADOR FLAVIANO MELO — Repúdio à ocupação da sede da fundação Chico Mendes, em Xapuri — AC.

1.3.3 — Comunicação da Presidência

— Término de prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 145/92, sendo que ao mesmo não foram oferecidas emendas.

1.3.4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 248 a 254, de 1993.

3 — MESA DIRETORA

4 — LIDERES E VICE-LIDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 51ª Sessão, em 05 de abril de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues e Bello Parga

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo —
Álvaro Pacheco —
Bello Parga —
Beni Veras —
Chagas Rodrigues —
Elcio Álvares —
Esperidião Amim —
Garibaldi Alves —
Guilherme Palmeira —

Humberto Lucena —
João França —
Jonas Pinheiro —
Júnia Marise —
Jutahy Magalhães —
Lourival Baptista —
Magno Barcelar —
Mansueto de Lavor —
Mauro Benevides —
Nabor Júnior —
Pedro Teixeira —
Valmir Campelo —

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 21 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente. É lido o seguinte

EXPEDIENTE
MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de Projeto de Lei sancionado:

Nº 152, de 1993 (nº 168/93, na origem), de 2 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1993 (nº 3.671/91, na Casa de origem), que dispõe sobre antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo, sancionado e transformado na Lei nº 8.645, de 2 de abril de 1993.

OFÍCIO

DO SR. 1º SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,

Encaminhando à revisão do Senado autógrafo da seguinte matéria:

**EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO
DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1993
(Nº 240/93, naquela Casa)**

“Que regulamenta a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional.”

EMENDA Nº 1

Dê-se ao § 3º do art. 2º do Projeto de Decreto Legislativo a seguinte redação:

“§ 3º A argüição pública do candidato será procedida somente perante a Comissão iniciadora do processo, devendo ser feita em prazo não superior a três dias úteis, contado do recebimento da indicação.”

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 322, DE 1993

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, requeiro sejam considerados como de licença autorizada os dias 13 a 15, 18, 21, 22, 25 e 28 de janeiro do corrente ano.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1993. — Senador Divaldo Suruagi

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A votação do requerimento fica adiada por falta de quorum.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 323, DE 1993

Senhor Presidente,

Tendo sido convidado a participar da 89ª Conferência Interparlamentar, em Nova Delhi, Índia, solicito que me seja concedida autorização para desempenhar essa missão, nos termos do arts. 55, III, da Constituição e 40, § 1º, a, do Regimento Interno.

Esclareço que deverei estar ausente do País no período de 6 a 20 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, 1º de abril de 1993. — Senador Magno Bacelar.

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Of. 26/93

Brasília, 31 de março de 1993

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que integrarão a delegação brasileira à 89ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Nova Delhi (Índia), no período de 12 a 17 de abril do corrente ano, os seguintes Senadores:

Ruy Bacelar — João Calman — Magno Bacelar — Guilherme Palmeira — Ronaldo Aragão.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e distinta consideração. — Senador Ruy Bacelar, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — De acordo com o art. 40, § 4º, do Regimento Interno, o requerimento será remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, devendo ser submetido à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia, em virtude do que se acha previsto no art. 40, § 3º, da Lei Interna.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 324, DE 1993

Senhor Presidente,

Na forma do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, requeiro licença dia 5 de abril em curso, a fim de participar, no Rio de Janeiro, no Museu da República, do Fórum A República em questão e, na Procuradoria-Geral do Estado, de debates sobre Presidencialismo, conforme convites em anexo.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1993. — Senador Marco Maciel.

CONVITE

O Ministro da Cultura, Antônio Houaiss, o Diretor do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, Francisco de Mello Franco, a Diretora do Museu da República, Anelise Pacheco e o Presidente da Associação dos Amigos do Museu da República, Raphael de Almeida Magalhães, têm o prazer de convidar V. Ex^a a participar do Fórum A República em

questão, a realizar-se no Salão Nobre do Palácio do Catete, à rua do Catete nº 153, Rio de Janeiro, nos dias 2, 5 e 12 de abril próximo, às 10 horas, conforme o programa em anexo.

FÓRUM A REPÚBLICA EM QUESTÃO

Coordenação Geral: MINISTRO ANTONIO HOUAISS

— I — PARLAMENTARISMO X PRESIDENCIALISMO

Dia 2 de abril, às 10 horas

Presidente: Senador José Sarney

Mediator: Raphael de Almeida Magalhães

DEBATEDORES:

Senador José Richa — Senador Darcy Ribeiro — Hélio Jaguaribe — Luiz Werneck Viana.

— II — PARLAMENTARISMO X PRESIDENCIALISMO

Dia 5 de abril, às 10 horas

Presidente: Deputado Roberto Campos

Mediator: Wilson Figueiredo

DEBATEDORES:

Senador Marco Maciel — Deputado Roberto Freire — Bolívar Lamounier.

— III — MONARQUIA X REPÚBLICA

Dia 12 de abril, às 10 horas

Presidente: Barbosa Lima Sobrinho

Mediator: Paulo Branco

DEBATEDORES:

Deputado Hélio Bicudo — José Murilo de Carvalho — Gláucio Ary Dillon — Gastão Reis.

LOCAL: Salão Nobre do Palácio do Catete, Rua do Catete 153 — RJ — Tel./Fax: 285-6320
Ofício nº 100/93-PG

Em 15 de fevereiro de 1993

Excelentíssimo Senhor
Senador Marco Maciel

Senhor Senador

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para solicitar o exame da possibilidade de pronunciar conferência, na segunda quinzena do próximo mês de março, sobre Presidencialismo, em prosseguimento às atividades culturais do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Estado.

Para o evento, que contará com a presença de Procuradores do Estado, serão convidados Magistrados, Deputados, Secretários de Estado, Defensores Públicos, membros do Ministério Público, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, do Instituto dos Advogados Brasileiros, da Associação Brasileira de Imprensa, das classes empresariais e de

outras entidades representativas da sociedade civil deste Estado.

Esta Casa, Senhor Senador, se sentirá sobremaneira honrada com a aceitação do convite que ora formulou a Vossa Excelência, na certeza de que a conferência será um marco reverenciador nos eventos aqui promovidos.

Apresento a Vossa Excelência minhas expressões de estima e consideração. — Ricardo Azis Cretton, Procurador-Geral do Estado, Presidente do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A votação do requerimento fica adiada por falta de quorum.

O Sr. Esperidião Amin — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin, como Líder.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, pedi a palavra para deixar registrados, no início desta sessão, eventos políticos da maior importância, havidos neste plenário e no do Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. Neles, realizaram-se as convenções do Partido Democrata Cristão e do Partido Democrático Social. Ontem, aqui, neste recinto, a convenção conjunta do PDS e do PDC complementou as deliberações de cada um dos partidos, no sentido de se formalizar a fusão daquelas agremiações partidárias, resultando na constituição do Partido Progressista Reformador.

Considero esse evento da maior importância para a política brasileira, para a vida democrática, para a viabilidade da democracia, que passa por partidos políticos sólidos que expressem realmente correntes de opinião.

O nosso programa, bem como o nosso manifesto e o nosso estatuto estão sendo hoje encaminhados com a solicitação de registro provisório ao Tribunal Superior Eleitoral.

A agremiação partidária, consequência desta fusão e de filiações ainda ontem havidas, resulta em 10 Senadores e 73 Deputados Federais, cobrindo praticamente todo o mapa do nosso País.

É tempo — estamos convencidos — de darmos à estabilidade da democracia brasileira partidos políticos federativos com solidez. Nós, do Partido Democrático Social, contribuímos para o cumprimento desse objetivo, resignando, na convenção de sábado passado, a individualidade da nossa sigla, em prol de um projeto conjunto que tem seus objetivos expressos nas palavras progressista e reformador. E aqui quero prestar uma homenagem ao Senador Jarbas Passarinho, que foi em boa hora não apenas o coordenador, o inspirador do programa e do manifesto, mas também do nosso compromisso com as reformas, estabelecido na nossa sigla partidária. Ao me congratular com o Senador Jarbas Passarinho, presto uma homenagem a todos, tanto do PDC quanto do PDS, que nos engajamos nesta missão.

Finalmente, distinguido pelos meus companheiros de partido com a missão, espinhosa mas fascinante, de presidir a agremiação neste momento do seu nascimento, quero, ao fazer este registro, pedir o apoio...

O Sr. Mauro Benevides — V. Ex' me permite um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Com a anuência da Mesa, certamente.

O Sr. Mauro Benevides — Pelo que sei, V. Ex^e pediu a palavra como Líder.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Perfeitamente.

O Sr. Mauro Benevides — E como tal, a intervenção é regimentalmente possível, e, se não o fosse, a frustração nos dominaria, porque não faríamos chegar a V. Ex^e, como desejamos agora, a manifestação da nossa alegria por vê-lo enfrentar mais um desafio em sua brilhante vida pública — presidir um Partido que decorreu da junção de duas forças, PDS e PDC — num instante realmente de grandes decisões nacionais. Estamos às vésperas do dia 21 de abril, com a decisão em torno de forma e sistema de governo, e a sequência de outros fatos que, ligados à própria governabilidade do País, vão exigir da nova sigla a que V. Ex^e ascenderá para dirigir, e aqui no Senado vai confiar a liderança do novo Partido a esta extraordinária e lúcida figura de homem público que é o Senador Jarbas Passarinho. Acredito que esses excelentes quadros representados por V. Ex^e e pelo Senador Jarbas Passarinho realmente credenciam o Partido, que agora surge pela junção de duas forças ponderáveis da vida política brasileira. Portanto, como Líder do PMDB, eu saúdo esse fato importante na estrutura partidária brasileira e faço votos por que a nova agremiação possa efetivamente contribuir de forma significativa para o fortalecimento da estrutura democrática do País.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Agradeço, Senador Mauro Benevides, essa manifestação, que é fruto da grandeza do espírito de V. Ex^e, grandeza essa que na última quinta-feira foi justamente homenageada pela gente de Fortaleza e do Ceará, em inesquecível acontecimento a que todos nós, seus amigos e admiradores, nos associamos.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Ouço, com grande satisfação e honra, o nobre Senador Jarbas Passarinho, que conta com votos, inclusive, de outras legendas, para liderar a bancada do novo Partido.

O Sr. Jarbas Passarinho — Quero ter o prazer de poder pedir um aparte ao meu ainda Líder. Eu nem sabia que eu já estava consagrado, mas depois das palavras do Senador Mauro Benevides...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Interpartidariamente. Eu nem diria suprapartidariamente.

O Sr. Jarbas Passarinho — ...já é um caso consumado. O PTB também está aderindo a essa indicação suprapartidária. Preliminarmente, eu quero salientar o que V. Ex^e acaba de enfatizar: juntamos dois partidos visando essas duas finalidades a que V. Ex^e se referiu. A primeira, porque está em nossa mente ainda o eco daquele discurso magnífico do Ministro Paulo Brossard, quando assumiu a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, oportunidade em que S. Ex^e se referiu a 40 partidos existentes no Brasil hoje, dos quais, se não estou equivocado, 26 têm registro definitivo e 14 têm registro provisório. O próprio Ministro perguntava: "Será que no Brasil há 40 correntes de opinião que justifiquem isso?" Nós demos um bom exemplo, porque o programa do nosso PDS, que era considerado e reconhecido até pelos partidos adversários como sendo um programa muito avançado e talvez até o mais bem feito na ocasião, tinha grande substância de democracia cristã. Tanto é assim que nesta fusão o PDC apresentou um projeto de programa que incluía cerca de 80%

dos itens do programa do PDS. Ao mesmo tempo, estamos caracterizando que depois da queda do muro de Berlim, depois do desmoronamento do comunismo internacional — com apenas algumas ilhas de resistência — esse princípio reformista ou reformador no nome do Partido é o que nos coloca ora à esquerda dos imobilistas ora à direita dos revolucionários de base marxista-leninista. O Partido, portanto, tem uma vocação que eu diria não propriamente ideológica mas, talvez, doutrinária posto que não seguimos dogmas, seguimos doutrinas. E esta colocação é dupla, pois é um Partido que chega para mostrar a sua face do ponto de vista doutrinário e ao mesmo tempo, conjugando-se com outra força afim ou similar, diminuir o número de partidos existentes no Congresso Nacional. Oxalá pudéssemos ter agora incorporações ao PPR a partir de outros partidos que tenham doutrinas semelhantes. No mais, ao pedir este aparte a V. Ex^e, quero dizer da minha grande satisfação de ver entregue a V. Ex^e, ao talento e à capacidade inegável de V. Ex^e, um político de grande expressão nacional, a direção do meu Partido, a direção do PPR. Quero saudar, na pessoa de V. Ex^e, este início de caminhada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Quero agradecer, muito honrado, o aparte do Senador Jarbas Passarinho, cujos passos, na política, temos seguido, pelo exemplo que representa e, acima de tudo, pela correção de rota, com coragem, sempre com coragem e com lucidez.

Finalmente, já que este é um registro que faço dos propósitos iniciais do Partido, desejo concitar os meus colegas, os nossos pares, tanto no Senado quanto na Câmara, a colaborarem com três objetivos essenciais:

O primeiro é o aperfeiçoamento político do nosso País. Um sistema eleitoral moderno e uma legislação partidária que guardem o mínimo de coerência e de respeito ao eleitor é indispensável para que o País deixe de ser orientado politicamente por esta colcha de retalhos de 40 partidos políticos, aquela lembrada pelo Senador Jarbas Passarinho. Isto não pode conduzir, nem sob parlamentarismo, nem sob presidencialismo ou monarquia, um país ao rumo e à obtenção de um rumo.

O segundo ponto será o nosso esforço no campo institucional, na eleição de prioridades para a revisão constitucional, fundamentalmente voltadas para a ordem econômica, para colaborar com um projeto brasileiro.

E, finalmente, o nosso Partido quer ser uma força para combater o desemprego, a desesperança, e desde o seu nascedouro acena para desatolar o carro Brasil, o nosso País, com três alavancas poderosas: o apoio à agricultura, com a experiência do financiamento com base na equivalência preço-produto, que muitos Estados desenvolveram e no meu Estado, Santa Catarina, foi e é um sucesso que transcendeu a períodos de governo; o apoio à geração de empregos nas áreas urbanas, principalmente investimentos na construção de moradias populares e a abertura efetiva das nossas fronteiras e dos nossos domínios ao trabalho, ao investimento e não à especulação, a grande premiada da atual conjuntura econômica do nosso País, tanto no que toca aos agentes internos quanto aos agentes externos, que mais têm vindo aqui para entrar no rol da especulação do que no rol de investidores, daqueles que apostam realmente, com capital de risco, no nosso trabalho e no nosso crescimento.

Que o nosso Partido, sob a égide da busca do progresso e com a marca da busca de reformas, possa colaborar para que o povo brasileiro, pela via democrática, pelo entrechoque de idéias, de programas — muito mais do que de pessoas,

rancores ou preconceitos — possa se desenvolver. Esse é o grande sonho, o grande anelo que nos fez consolidar, no dia de ontem, a nível Federal, essa fusão: propor um novo partido e ajudar, dessa forma, a que a estabilidade política do País e um futuro melhor sejam alcançados.

O Sr. Mansueto De Lavor — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Ouço o aparte do nobre Senador Mansueto de Lavor.

O Sr. Mansueto De Lavor — Serei breve ao me congradular com V. Ex^e, com o nobre Senador Jarbas Passarinho e com todos os integrantes do novo partido. O nosso Líder, Mauro Benevides, já externou o regozijo da Bancada com a legitimidade da sua liderança. Gostaria apenas de aduzir que o ato político de ontem, marcante para a vida política brasileira, antecipa alguns passos à tão desejada, ansiada e necessária reforma partidária. E um dos passos dessa reforma é superar-se essa fase — dizem que o Brasil é dos 8 ou dos 80 — pois sairmos de um bipartidarismo para um pluripartidarismo não é mais do que uma pulverização de agremiações partidárias que não têm condições de ter peso nem influência na vida nacional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — É uma inflação até em partidos.

O Sr. Mansueto de Lavor — Trata-se de uma inflação partidária, que prejudica até a reforma partidária. Portanto, esse esforço de aglutinação, ainda mais com os quadros que foram reunidos, é um passo para a concretização do desejo que temos de uma reforma partidária profunda, com menos partidos, com partidos mais responsáveis, com maior influência e peso na vida nacional, para o fortalecimento da nossa democracia. Com V. Ex^e como Presidente dessa nova agremiação, o PPR, o Senador Jarbas Passarinho como Líder do Senado — já aqui consagrado e fora dos quadros do Partido, como V. Ex^e bem frisou —, creio que esse é um grande partido que surge, e devemos demonstrar o nosso regozijo com isso. É bom para a democracia, eminente Presidente do PPR, como para o País. Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Quero agradecer as palavras de V. Ex^e, Senador Mansueto de Lavor, que feriu exatamente o ponto que considero da maior generosidade e que esteve contida no gesto dos filiados do PDC e do PDS; generosidade no sentido mais amplo da palavra, que é abrir mão de algo que lhe pudesse ser caro, como era caro, por exemplo, ao conjunto dos filiados do PDS de Santa Catarina, meu Estado.

Lá, como em tantas outras regiões, cruzamos bons e maus momentos e tivemos a compreensão de que, além dos liames com a nossa história, da qual nos orgulhamos, era preciso dar um passo em direção ao futuro. Foi essa resolução, que V. Ex^e tão bem abordou, que quero deixar como últimas palavras deste meu despretensioso pronunciamento.

Foi pensando no futuro que tomamos essa decisão. Tenho certeza de que o exemplo dado pelos filiados do PDC e do PDS vale mais do que um projeto de lei e pode valer tanto quanto uma lei partidária, de que o Brasil tanto necessita.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Brasília, 5 de abril de 1993

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, de acordo com o disposto no art. 39, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa, para breve viagem ao estrangeiro, para em desempenho de missão autorizada por esta Casa, compor a Delegação do Brasil a 89ª Conferência Interparlamentar, em Nova Delhi (Índia), no período de 8 a 19 de abril do corrente.

Atenciosas saudações, Senador **Guilherme Palmeira**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

Brasília (DF), 1º de abril de 1993

OF/GSJP/028/93

Os Senhores Senadores abaixo assinados, integrantes da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro — PTB, comunicam a Vossa Excelência, para o que couber, que elegeram o Senador JONAS PINHEIRO para Líder do Partido e VALMIR CAMPELO para Vice-Líder.

Senador Jonas Pinheiro — Senador Valmir Campelo — Senadora Marluce Pinto — Senador Luiz Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PP-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho insistido nesta batalha contra — e continuarei a fazê-lo até que termine — essa novela inútil e promocional de um plebiscito para “decidir” entre o presidencialismo e o parlamentarismo, entre a República e a Monarquia.

Confesso que, de início, os meus temores se localizaram na hipótese de vitória do Parlamentarismo e na teimosia de seus defensores, que insistem em deixar a reforma revolucionária e necessária da Lei Orgânica dos Partidos Políticos para depois do plebiscito.

Depois do plebiscito, viriam, imediatamente, as eleições gerais, com a corrida desenfreada rumo à Presidência da República, rumo aos governos dos Estados e dos demais cargos eletivos, tudo dentro desse mesmo caos partidário, composto dessa multiplicidade de partidos — grandes, médios, pequenos, nanicos e simples siglas de aluguel —, quase todos eles sem a característica essencial de serem nacionais e, portanto, inconstitucionais, conforme diz claramente o inciso I do art. 17 da Constituição Federal.

Além disso, também, quase todos eles padecem — como venho repetindo nesta minha cruzada, por meio desta tribuna, da imprensa e por meio de conferências — desse câncer que fere a intimidade de sua essência, ou seja, de serem e não serem partidos políticos, mas simples lugares jurídicos que possibilitam candidaturas, já que a Constituição veda as candidaturas avulsas.

É este o quadro que teríamos se o Parlamentarismo tivesse a possibilidade de vencer. Por isso as minhas preocupações de início.

Logo após as eleições, viria a posse do Presidente e a composição do ministério, com a repetição desse nunca-mais-se-acabar de governo de transição, já que, como eles afirmam

e reafirmam, Parlamentarismo só é viável com poucos e fortes partidos, além de uma reforma da Lei Orgânica dos Partidos que cultive a fidelidade partidária como um dogma, tão necessária quanto a queda dos corpos no espaço, como se essa condição de governabilidade fosse propriedade deles. Não! É condição de governabilidade também do presidencialismo. Daí a ingovernabilidade em que vivemos; daí não estar funcionando bem há 100 anos. Isso porque a Câmara dos Deputados não quer a reforma. É inviável, mas os culpados são os próprios Deputados.

Presidencialismo também só é viável com esses três quesitos — poucos partidos e fortes, além da reforma revolucionária da Lei Orgânica dos Partidos, tal qual querem para o Parlamentarismo. As instituições partidárias que estão aí são a grande causa de todas as nossas crises, que se resumem na ingovernabilidade de que os últimos governos vêm sofrendo. Sem essa reforma as outras são impossíveis. Não é o Presidencialismo a causa da crise, mas o status quo que a grande maioria dos políticos defende: "Deixe estar como está para ver como é que fica, para que eu possa me eleger pelo sistema que me elegeu. Não posso é me arriscar com essas reformas".

É assim que, lamentavelmente, pensa a grande maioria dos políticos. Eleito o Presidente, hipoteticamente vitorioso o parlamentarismo, como íamos dizendo, seria composto o ministério de transição dentro dessa multiplicidade de partidos. Depois de barganhas viria, então — pelo menos deveria vir — a grande luta pela reforma revolucionária da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que deveria ser feita pelos novos deputados, todos eles eleitos pelo atual sistema proporcional unidistrital, com votos espalhados no Estado todo, sendo que raramente acontecerá de um deputado ter sido eleito por uma região só; que poderia ser transformada em um distrito.

Não é preciso descer a umá análise profunda para sentir a crise em que nos teriam metido aqueles que sonham com duques, barões e com primeiros ministros, já que se sente que a reforma é dificílima, lenta, se não quase impossível.

Não foi feita até agora pelo mesmo motivo que não será: os deputados estão pensando, primeiramente, em suas reeleições, em seus interesses. Depois, vem o resto. E é por isso mesmo que anda tão baixa a cotação da classe política no mercado popular!

Tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, porque eu, no início da campanha pelo plebiscito, acreditava ainda em uma longínqua possibilidade de vitória do parlamentarismo, que está totalmente eliminada da cogitação de todos, até mesmo dos mais ingênuos parlamentaristas! O tom de seus discursos já é de desespero pela debandada de grandes líderes e de grandes movimentos para o presidencialismo.

Agora não, minha preocupação é bem outra!

Preocupo-me com o tempo perdido, pela insistência dos parlamentaristas em renovar um plebiscito já feito há apenas vinte e poucos anos, quando o povo demonstrou sabiamente que aqui é Brasil, é América, é uma realidade histórico-cultural bem diferente daquela de que se compõem os países da Europa onde há outro clima, outros povos, outras culturas, portanto, outros fatos, outros valores; logo, outras normas!

Preocupo-me também com aqueles sonhadores que acreditam que fórmulas abstratas e ideais de instituições podem servir a todos os povos, ignorando, portanto, que "as leis devem ser de tal forma apropriadas ao povo para o qual hajam sido feitas, que, só mesmo por mera casualidade, as de uma

nação podem convir a outra nação", como já nos ensinava Montesquieu.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Mauro Benevides — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Ex^a tem a palavra na forma regimental.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a presença do Presidente Itamar Franco, na última sexta-feira, na cidade de Teresina, foi saudada com significativas demonstrações de confiança em toda a Região Nordeste, porque representou, sobretudo, um testemunho positivo da vontade política com que o Governo pretende atender às aspirações daquela faixa territorial na atual conjuntura brasileira.

Sabe V. Ex^a que, em algumas oportunidades, ocupei a tribuna do Senado Federal para expor o quadro climático vivido pelo chamado Polígono das Secas e conclamei seguidas vezes o Presidente da República a adotar medidas efetivas e concretas que possibilitassem, pelo menos, a minoração do sofrimento de milhões de irmãos nossos que padecem pela falta de chuvas naquela região. Em determinado momento, pedi ao Presidente que editasse, sem tardança, medida provisória garantindo os recursos de 4 trilhões e 700 bilhões de cruzeiros para atender, durante razoável espaço de tempo, à programação de trabalho elaborada por governadores, prefeitos, sindicatos, numa conjugação de esforços que objetivava, sobretudo, garantir a permanência do homem no seu próprio habitat, sem o deslocamento, como anteriormente ocorria, ensejando a migração para os grandes centros populacionais da Região Nordestina.

O Presidente da República, após editar a Medida Provisória nº 315 — que se acha tramitando nesta Casa e certamente será aprovada nas próximas horas — em plena capital do Estado de V. Ex^a, Sr. Presidente Chagas Rodrigues, liberou a primeira parcela dos 4 trilhões e 700 bilhões de cruzeiros, dando assim uma prova inofensável de que deseja acudir os nossos irmãos que estão acossados por essa calamidade.

Em meio aos aplausos recebidos pelo seu deslocamento pessoal à Região Nordestina e, sobretudo, pelo desembolso que determinou ao Ministro da Integração Regional — e por via de consequência ao próprio Ministro da Fazenda — o Presidente Itamar Franco recolheu de governadores, lideranças empresariais e parlamentares algumas sugestões para a intensificação do combate à seca. Aliás, V. Ex^a se recorda, Sr. Presidente Chagas Rodrigues, que, na reunião realizada aqui em Brasília, há cerca de 15 dias, onde estavam presentes o Presidente da CONTAG, governadores, Senadores, Deputados e Ministros de Estado, o Presidente da República, demonstrando extraordinária sensibilidade, chamou nossa atenção para o fato de que o problema da seca não deveria ser apreciado apenas dentro das suas características emergenciais. E muito mais do que isso, que deveríamos alinhar tudo que representasse providências duradouras, a fim de obtermos a estrutura de resistência a essa intempéria, que, ciclicamente, atinge aquela faixa do território brasileiro.

O Presidente chegou a denominar de "agenda para o Nordeste" todas aquelas sugestões consideradas viáveis para permitir a nós, nordestinos, uma convivência com a falta de chuva na nossa região.

Durante o Encontro de Teresina, o Senhor Presidente da República, Dr. Itamar Franco, recebeu em audiência o Presidente do Banco do Nordeste, Dr. João Alves de Mello, que levou como sugestão um plano de trabalho, a ser executado pelo BNB, com recursos do fundo constitucional e de outros disponíveis no âmbito daquela instituição de crédito oficial.

Recorda-se que essa proposta do Presidente João Alves de Mello de financiar a água para os produtores rurais foi considerada realmente da maior significação para a região nordestina. Mencione-se, por exemplo, que, ao distribuir para conhecimento dos presentes as linhas e diretrizes desse tipo de financiamento, o BNB fez questão de destacar o que representariam os objetivos, os beneficiários, as medidas, a modalidade de financiamento, enfim, algo que pudesse, nesse instante, representar uma oportunidade de atendimento às aspirações de pequenos, médios e grandes proprietários.

Aliás, Sr. Presidente, está publicado na imprensa cearense um breve roteiro a ser seguido por esse financiamento, a ser posto em prática pelo Banco do Nordeste no menor espaço de tempo possível, com o estímulo do Presidente da República e com recursos originários do fundo constitucional e de outras fontes que, certamente, se juntarão ao FNE para viabilizar essa proposta.

O Banco do Nordeste apresenta os tópicos para obtenção de financiamento:

"Como ter o financiamento.

Beneficiários: produtores localizados em áreas afetadas pela estiagem.

Objetivos: — sustentação das atividades produtivas no período crítico; — formação de reserva alimentar estratégica para o rebanho; — realização de obras com vistas a acumulação de água; — custeio de lavouras irrigadas; — fomento do emprego e renda com as atividades financeiradas.

Medidas: 1) financiamento do custeio pecuário de bovinocultura e ovinocaprinocultura, inclusive aquisição de rações, desde que vinculada à formação de reserva alimentar estratégica;

2) financiamento isolado de aguadas (açudes, barreiros, poços, cacimbas, cisternas e barragens subterrâneas), com encargos diferenciados;

3) financiamento isolado para formação de reserva alimentar para o rebanho, acompanhado de ampla campanha promocional;

4) financiamento do custeio agrícola das lavouras irrigadas onde haja disponibilidade hídrica;

5) financiamento de investimentos para abertura de áreas, preparo de solos e outros itens de infra-estrutura produtiva;

6) prorrogação de dívidas dos produtores efetivamente atingidos pela estiagem.

Fonte de Recursos: Recursos destacados do orçamento anual do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE.

Encargos Financeiros: TR mais 8% ao ano, sendo que os pequenos e médios produtores terão direito à redução de encargos de 10% a 40%. No caso de financiamento de aguadas, os grandes produtores terão direito à redução de encargos de até 20%."

Sr. Presidente, essas são as linhas mestras dessa programação financeira que o próprio Banco estabelece, abrindo,

portanto, uma alternativa para financiar água aos produtores rurais da Região Nordestina.

O Sr. Mansueto de Lavor — Permite-me V. Ex^e um aparte, sobre Senador Mauro Benevides?

O SR. MAURO BENEVIDES — Concedo o aparte a V. Ex^e

O Sr. Mansueto de Lavor — Nobre Líder, Senador Mauro Benevides, o registro que V. Ex^e faz em seu pronunciamento trata de uma questão de justiça. A visita feita pelo Presidente Itamar Franco, na sexta-feira, à cidade de Teresina, para abrir o Programa de Frentes Produtivas de trabalho no semi-árido, revestiu-se de alto significado e demonstrou uma mentalidade nova no tratamento da crise do Nordeste, que reflete a crise do País. Quero parabenizar, principalmente, o pronunciamento do Senhor Presidente da República naquela ocasião; Sua Excelência delineou muito bem que não se tratava de uma distribuição de benesses ou esmolas ao povo nordestino, mas de um ensejo à sua capacidade de organização e trabalho. Evidentemente, a miséria e o sofrimento do povo não se devem, como condição única, às questões climáticas, superadas em outras regiões com características mais adversas, mas às questões da organização social, que dizem mais profundamente e tocam mais de perto a miséria de grande parte da população do Nordeste. O Presidente Itamar Franco, com quem nos congratulamos, deixou bem claro que, realmente, o que se estava estimulando era a capacidade de organização do povo. Para tanto fez algo diferente: a constituição de uma Comissão Nacional e de Comissões Regionais e Locais plurilaterais. Não se trata de um partido político; nem o Governo Federal quer assumir com exclusividade essa tarefa, nem vai deixá-la a cargo de um Governo Estadual ou de um Partido; trata-se de uma Comissão de diversos segmentos da sociedade. Para nossa honra, o representante do Senado Federal é um companheiro do Rio Grande do Norte, o Senador Garibaldi Alves Filho, com quem já trocamos idéias a esse respeito. Além de enfatizar esse programa, que foi traçado via Banco do Nordeste, o qual aplaudimos, pois acreditamos que a solução realmente seja por esse caminho, também gostaria de levantar uma questão que já foi discutida com o Senador Garibaldi Alves Filho: não é preciso dinheiro novo, nem sequer uma nova medida de emergência em termos de recursos; basta que o Governo priorize a liberação dos recursos orçamentários, já votados, para obras hídricas, e ações contra a seca nos órgãos DENOCs e SUDENE, para que, se houver essa prioridade de liberação de recursos, o problema da atual conjuntura de crise pela seca seja resolvido em grande parte. Não retiraremos recursos de nenhuma outra região ou de nenhum outro segmento; sim, tiraremos recursos já aprovados e alocados para a Região, que só precisariam ser liberados em caráter de prioridade. Assim, com essa liberação dos recursos para a Região Nordeste em caráter prioritário, teríamos o Programa das Frentes Produtivas de Trabalho, do Presidente Itamar Franco, com o capital e a tecnologia necessários ao seu sucesso, esta última via EMBRAPA, SUDENE e outros organismos de universidades, sediados dentro e fora do Nordeste. Congratulo-me, mais uma vez, com V. Ex^e pela oportunidade do pronunciamento.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Ex^e, nobre Senador Mansueto de Lavor, que destaca, também como o fiz, a importância da visita do Presidente Itamar Franco à região nordestina, exatamente pelo estabelecimento de no-

vas diretrizes que orientarão a atuação do Governo Federal naquela faixa territorial brasileira.

Se estamos realmente buscando inovações no trabalho para preservar o homem no seu habitat, evitando os deslocamentos que, em outras oportunidades, representam autênticas invasões de capitais dos Estados e de outros Municípios de maior porte, queremos exatamente destacar, como o fizemos, esse programa anunciado pelo Presidente do Banco do Nordeste, que contou com uma acolhida extremamente estimulante do Presidente Itamar Franco, ou seja, com o financiamento da água para os produtores rurais, dos poços, dos barreiros, das aguadas, enfim, tudo aquilo que possa significar armazenamento de pequeno ou médio porte para água. O Governo, através do BNB, que se utilizará dos recursos do FNE, haverá de garantir a viabilização desse projeto, que foi anunciado na sexta-feira pelo Presidente João Alves de Melo e saudado por todos os órgãos de divulgação da região nordestina.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Concedo o aparte ao nobre Senador.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Senador Mauro Benevides, Líder da nossa Bancada, também quero assinalar a importância da visita do Presidente Itamar Franco à cidade de Teresina na última sexta-feira e dizer da imensa esperança, que hoje toma conta de todos os nordestinos, de que realmente vamos ter uma ação nova para minimizar os efeitos da seca. Vamos ter a preocupação de evitar aquelas obras improdutivas, tudo o que já foi realizado e de que não se tem notícia positiva ao longo dos últimos anos de seca. A instalação dessa Comissão, da qual faço parte por designação do Presidente do Senado Federal, ouvindo até mesmo a Liderança de V. Ex^e, vai propiciar um debate em torno dessas diretrizes e sobre quais obras serão executadas. Tudo isso constituiu um fato novo. Além dessa Comissão Nacional, vamos ter Comissões Estaduais e Municipais. À primeira vista, Senador Mauro Benevides, pode até parecer que a ação vai se tornar mais burocratizada. Mas não se trata disso; trata-se, ao contrário, de democratizar a ação do Governo com relação aos efeitos da seca. É preciso evitar aqueles equívocos, aquelas discriminações, pois a crônica do Nordeste já está cheia desses maus exemplos. Devemos trabalhar seriamente. Um exemplo desse trabalho sério é essa proposta, muito positiva, do Presidente do Banco do Nordeste, que foi feita em boa hora e até mesmo diante do próprio Presidente da República, Itamar Franco. Só tenho uma preocupação, e acredito que V. Ex^e pensa o mesmo, com relação aos encargos financeiros: será que num momento como esse os produtores nordestinos seriam capazes de arcar com esses encargos financeiros?

O SR. MAURO BENEVIDES — Nobre Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^e que, nessa Comissão Especial, representará o nosso pensamento a respeito dessa questão nordestina e que desde a primeira hora esteve aqui ocupando essa tribuna para debater a magna questão da estiagem na Região Nordestina; que se fez presente, inclusive a meu convite, naquela reunião que se realizou no Palácio do Planalto com o Presidente Itamar Franco, com Lideranças da CONTAG, com todos os Governadores de Estado e com todos os que estavam implicitamente vinculados à questão da seca, deve ter-se apercebido de que, dentre as diretrizes estabelecidas

para o financiamento, há uma hipótese de redução dos encargos entre 10 e 40%. Naturalmente, os produtores rurais que se considerarem incapazes de, o saldar nas condições gerais estabelecidas, após obtido o financiamento, terão a perspectiva de serem favorecidos com uma redução dos encargos, para que possam, efetivamente, utilizar essa linha de crédito e, consequentemente, ampliar a estrutura hídrica da região com barragens, aguadas, poços, enfim, com alternativas com características duradouras que nos permitam conviver com o flagelo das secas.

Estou certo, portanto, Sr. Presidente, de que essa iniciativa do Presidente do Banco do Nordeste é da maior importância. V. Ex^e, Senador Bello Parga, que já integrou os quadros dirigentes daquela instituição, assim como eu, que tive o privilégio de presidi-la, tem sensibilidade, como nordestino, para alcançar o objetivo do atual Presidente, João Alves de Melo, que deseja engajar o Banco, de forma inequívoca, na luta da nossa região para ampliar a estrutura de resistência ao flagelo.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Ouço V. Ex^e com imenso prazer, nobre Senador.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Mauro Benevides, inicio congratulando-me com o Presidente do Banco do Nordeste e com V. Ex^e, que traz a notícia a esta Casa. Mas a minha preocupação está mais ou menos no nível da que expôs o Senador Garibaldi Alves Filho. Na realidade, os encargos, o custo do dinheiro, hoje, no Brasil, é muito elevado — até o dinheiro a fundo perdido seria válido para a recuperação do Nordeste — e caberia a todos nós, da classe política, em apoio a uma proposta do Presidente do Banco do Nordeste, reduzir não a 10 ou a 40%, mas fazer com que esses recursos retornem aos cofres da União sem a correção, sem os encargos, que são elevadíssimos. Não tenho dúvida de que, estando o dinheiro a esse preço, nobre Senador, não se faz agricultura no Brasil e em nenhum lugar do universo, a não ser que se troque a moeda por produção — idéia já apresentada aqui pelo nobre Senador Esperidião Amin, no ano passado, e pela qual uma saca de arroz corresponderia a uma saca de arroz para o produtor. Contudo, o que se vê no Brasil de hoje — e não apenas num momento de calamidade e emergência como o que aflige o Nordeste — é que, em qualquer situação, não há um agricultor que recorra aos bancos oficiais e aplique o dinheiro na agricultura, esperando retorno. A política adotada com relação à agricultura, no Brasil, deverá tomar um novo rumo, ou teremos, a cada dia, menores safras e maior fome, não só no Nordeste, mas no Brasil inteiro. Congratulo-me com V. Ex^e, como disse inicialmente, porque essa idéia é um passo importante, um grande começo. Precisamos nos unir. O nordestino — e ouvimos isso de um líder camponês, Urbano — não quer esmola; o nordestino quer trabalho e dignidade para a sua família. O simples retorno desse dinheiro ao Banco do Nordeste, subsidiado, seria o passo mais acertado para começarmos a inverter a situação de pobreza dos grandes produtores no Brasil. Obrigado a V. Ex^e e parabéns.

O SR. MAURO BENEVIDES — Agradeço a V. Ex^e, nobre Senador Magno Bacelar, a intervenção e, sobretudo, a sugestão que formula de abrandamento das taxas de juros, dos encargos cobrados daqueles que serão favorecidos e beneficiados por esse programa de financiamento da água do Banco do Nordeste do Brasil.

Seria realmente ideal que o Governo colocasse à disposição do BNB recursos a um custo ainda mais baixo do que aquele previsto pelo Fundo Constitucional do Nordeste e, com isso, que aquele estabelecimento de crédito pudesse ampliar ainda mais significativamente o seu raio de ação, já afi, nesse caso, com recursos a baixo custo, portanto acessíveis aos médios, pequenos e miniprodutores rurais.

Registro, portanto, Sr. Presidente, a visita do Presidente Itamar Franco à região nordestina e a confiança com que foi recebido o Chefe da Nação em um dos Estados mais diretamente atingidos pela calamidade. E ficam, sobretudo, aqui, os nossos aplausos ao Banco do Nordeste, através do seu Presidente, Sr. João Alves de Mello, porque anuncia um programa que vai reverter, segundo esperamos, num prazo razoável, esse quadro relacionado com a estrutura hídrica da nossa região, com o financiamento da água para os produtores rurais do Nordeste.

Era a comunicação que desejava fazer, na expectativa de que os recursos constantes da Medida Provisória nº 315, ou seja, 4 trilhões e 700 bilhões de cruzeiros não sofram qualquer embargo na sua liberação e que, a exemplo da primeira parcela, as duas subsequentes possam, efetivamente, chegando ao Nordeste, favorecer milhões de nordestinos que padecem da calamidade que ali se instalou.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Mauro Benevides o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Bello Parga.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares. (Pausa.)

S. Ex^e declina da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Iram Saraiva. (Pausa.)

S. Ex^e não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

S. Ex^e não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flaviano Melo. (Pausa.)

S. Ex^e não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez a desgraça das sagas do Nordeste enche as páginas dos jornais e as imagens dos nordestinos esquálidos, famintos, sedentos, em terras calcinadas, arrasadas, aparecem nas telas da TV como se estivesse sendo represso um filme a que já estamos cansados de assistir, pois a seca, no Nordeste, é uma regra, infelizmente, não uma exceção. Cento e dezesseis anos se passaram desde que, na grande estiagem de 1877, o Imperador D. Pedro II prometeu acabar com a seca do Nordeste, nem que para isso fosse preciso vender as jóias da Coroa. Desde então, Sr. Presidente, quase nada mudou. Os discursos se repetiram e não aconteceu praticamente nada que alterasse significativamente o panorama degradante da região nos períodos de estiagem.

Estou convencido de que sempre faltou vontade política para se resolver o problema nordestino, Sr. Presidente. O que tem prevalecido são ações tímidas, emergenciais, que, na maior parte das vezes, têm permitido que os recursos sejam

desviados e até mesmo roubados. São de triste memória os escândalos que marcaram o nascimento, a expansão e a aceitação quase passiva da denominada “indústria da seca”.

O Nordeste, há muito tempo, é vítima de falta de previsão dos técnicos governamentais, raramente capazes de sensibilizar o Governo a adotar programas efetivos de combate às secas e de assistência às populações afetadas pela escassez de chuvas e pelo esgotamento dos mananciais.

A meu ver, apenas três governos procuraram implantar políticas mais consistentes para atenuar os maléficos efeitos da falta de chuvas regulares na região.

O primeiro foi o de Epitácio Pessoa, em 1909, com a criação do DNOCS — Departamento Nacional de Obras contra as Secas, que implementou programas de construção de barragens e açudes para armazenagem de água.

O segundo foi o do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que, com seu Plano de Metas e seu espírito empreendedor, formulou uma nova política econômica e social para a região, criando a Sudene para ser a mola propulsora do nosso desenvolvimento.

O terceiro foi o Presidente José Sarney, que teve a iniciativa de criar o Ministério da Irrigação, embora não lhe tenha conseguido dar os meios necessários para a efetiva atuação.

Todos os outros, lamentavelmente, limitaram-se a adotar medidas emergenciais, totalmente incapazes de atacar as causas reais que impedem o desenvolvimento da região.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, há muito tempo se sabe que a seca do Nordeste é muito mais um desafio econômico e sócio-político do que um fenômeno climático. O problema do Nordeste não é a falta de chuvas e sim o subaproveitamento da água. Dos 700 bilhões de milímetros cúbicos que caem anualmente na região, 92% se perdem, principalmente por falta de reservatórios para captá-los.

A água nem sempre é insuficiente; o grande problema é que as chuvas são irregulares. São necessárias medidas consistentes e articuladas para melhor manejo da água em toda a região. Se ela for armazenada adequadamente e distribuída no momento oportuno, certamente o fenômeno da seca terá sua incidência sensivelmente reduzida.

Sr. Presidente, Sr. e Srs. Senadores, a meu ver, a mais contundente oratória a respeito dos problemas do Nordeste continua sendo a do então Ministro de Viação e Obras Públicas do Governo de Getúlio Vargas, o paraibano José Américo de Almeida, que categoricamente afirmou:

“O Nordeste não precisa de esmola, precisa apenas que seja viabilizado o rio São Francisco, para molhar suas terras calcinadas pela seca e se transformar na Califórnia da América do Sul. Com a irrigação, o Nordeste abasteceria o Brasil e teria excedente para exportação.”

Desde então, muitos anos se passaram, sem que os governos que sucederam o do grande Presidente Getúlio Vargas tivessem implantado o projeto do Ministro José Américo. Se isso tivesse ocorrido, em vez de termos, hoje, 500 mil hectares irrigados, teríamos mais de 10 milhões de hectares, e o nordestino não estaria morrendo de fome.

Lamentavelmente, o Brasil ainda não deu a devida importância à irrigação. Todos sabemos que custa caro irrigar a terra em nosso País, cerca de 10 mil dólares por hectare.

Abrindo um parêntese, Sr. Presidente, a irrigação, no Estado de Israel custa 76 mil dólares por hectare; na Califórnia, 46 mil dólares, ou seja, bem mais caro do que no Brasil,

mas o investimento compensa, pois cria-se a garantia de que haverá produção no ano seguinte.

Tenho absoluta certeza, Sr^e e Srs. Senadores, de que tudo que já foi gasto pelo Governo em planos contra seca, em programas emergenciais, em incentivos à industrialização da região, poderia ter sido suficiente para converter o Nordeste na imensa Califórnia sonhada por José Américo, ou — quem sabe — num enorme Israel, extraordinária ilha de prosperidade, construída num verdadeiro deserto, em condições climáticas muito piores que as nossas.

É quase impossível comparar a média histórica do Nordeste, de 500 mililitros cúbicos anuais de chuva com os 80 mililitros cúbicos anuais que caem no sul de Israel, por exemplo. Em geral, os dados nos mostram que a precipitação pluviométrica no Nordeste oscila entre 500 e 1.800 mililitros cúbicos anuais, tendo apenas 0,5% do território com precipitação inferior a 250 mililitros cúbicos, enquanto que, em Israel, os índices pluviométricos oscilam entre 300 e 800 mililitros cúbicos anuais. A grande diferença é que lá, Sr. Presidente, existem 285 mil hectares de terra irrigados, segundo artigo publicado pelo jornal *O Globo* da última segunda-feira. Em Israel, criou-se um sistema de balanceamento dos recursos hídricos totais entre as várias regiões — o sistema de canos, aquedutos, canais, reservatórios, túneis, açudes e estações de bombeamento têm como artéria principal o Conduto Nacional.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Ex^r um aparte, nobre Senador?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Ney Maranhão, V. Ex^r hoje traz o exemplo de como poderíamos resolver os problemas do Nordeste. Está provado, historicamente — e aí está o modelo de Israel a que V. Ex^r se referiu — que o problema do Nordeste não é a seca, é a falta de decisão política, é a falta de um projeto que tenha o objetivo de extinguir de uma vez por todas esse mal. Seria tão bom que daqui a quatro ou cinco anos estivéssemos a falar da produtividade do Nordeste, onde se pode colher três safras ao ano, dadas as condições climáticas que ali existem. Há o exemplo do Vale do São Francisco, onde nossa produtividade é bem maior do que a média mundial. Quando V. Ex^r traz este assunto profundamente estudado, com exemplos e com a convicção que sempre orientam os seus pronunciamentos, nós temos que aplaudi-lo e render graças para que essa decisão de governo, aliada a de todos nós que, ao longo deste ano, temos nos pronunciado sobre esse problema, possa ser concretizada. Que se encontre, verdadeiramente, um projeto a longo prazo que não incentive empresários que fazem o famoso tripe: criam projetos ilusórios, enviando o dinheiro para o Nordeste que é repassado para São Paulo via compra e recompra de ações. São projetos enganosos que caracterizam a falta de vontade de resolver nossos problemas. Parabéns, nobre Senador. Faço votos para que o Governo assimile essa preocupação, assimile esse caminho que V. Ex^r indica, para que alcancemos, o mais breve possível, uma solução para esse secular problema nordestino.

O SR. NEY MARANHÃO — Meu caro amigo, líder do PDT, Senador Magno Bacelar, agradeço a V. Ex^r por este oportuno aparte ao pronunciamento que faço de alerta às autoridades. Chamo a atenção para o fato de que este Governo

não tem culpa do que está acontecendo; isso vem ocorrendo de há muito. Como bem disse V. Ex^r, precisamos de uma decisão política definitiva e não dessa ladainha de todos os anos: a seca, os projetos, e, como V. Ex^r bem conhece, Senador Magno Bacelar, as famosas barragens “sonrisal”. Sabemos que os recursos destinados pelo Governo, nessa hora em que se está clamando contra a fome e a miséria no Nordeste, quando muito bem aplicados, o são na faixa de 50%. É uma ação emergencial cujo nome já dá o significado: é o carro-pipa, é aquilo que conhecemos e vivemos há muitos anos. Então, V. Ex^r tem razão quando lembra o problema da Sudene, dos empresários que mandam dinheiro para o Nordeste e esse dinheiro volta para São Paulo. Isso não vai resolver. O que vai resolver é justamente um programa definitivo.

Senador Magno Bacelar, em Israel existe seca no deserto de Negev; na África, no deserto do Saara, mas, no Nordeste do Brasil, cavou, encontra-se água em todo canto. Há água nos poços artesianos de grande profundidade; há água no Rio São Francisco e existe um clima extraordinário. Precisamos, como V. Ex^r mesmo disse, de uma decisão política, uma decisão a longo prazo. É por isso, Senador, que estou me batendo nesse projeto — apesar de ser contra, mas votei a favor do IPMF — para que uma parte, 30% do IPMF — essa é minha emenda — seja aplicada em projetos de irrigação. É preciso molhar as terras, porque, assim, teremos a riqueza e o fim da miséria.

Muito obrigado, meu caro amigo líder do PDT, Senador Magno Bacelar, pelo seu aparte.

Sr. Presidente, com base nos resultados alcançados em países seriamente preocupados em solucionar os problemas dessa ordem, não tenho dúvidas de que a irrigação é a solução para tirar o Nordeste do atraso. Em meu Estado, temos um excelente exemplo dos resultados de investimento em irrigação. Na região de Petrolina, próxima ao rio São Francisco, algumas dezenas de empresas agrícolas produzem, atualmente, 30 mil toneladas de frutas frescas por ano.

Sr. Presidente, Sr^e e Srs. Senadores, o Nordeste precisa de uma ação de caráter estrutural, pois estruturais são seus problemas. A seca só continua a ser flagelo onde falta determinação política.

A situação atual é dramática. Hoje, cerca de 9 milhões de brasileiros são vítimas diretas da seca, que atinge nove Estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais, o chamado “Polígono das Secas”, que se estende por cerca de 879.000 quilômetros quadrados, ou seja, mais da metade dos 1.542.000 quilômetros quadrados da região Nordeste. O número de municípios atingidos pela seca este ano é maior do que o registrado em igual período no ano passado.

Os técnicos da Sudene, que visitaram os dez Estados, constataram que 803 municípios estão sofrendo os efeitos da estiagem na região. Em 1992, segundo o relatório daquele órgão, apenas 535 municípios foram atingidos. Os técnicos constataram, ainda, que a seca vem afetando 49,3% da população rural do Nordeste e 58% de seu território. Como já afirmei, quase 9 milhões de pessoas estão sem água para o consumo e sem comida.

A área atingida, segundo os dados da Sudene, chega a 968.000 quilômetros quadrados, o que significa que 70% da safra regional estão comprometidas.

Entre os Estados mais atingidos está a Bahia, que, nos últimos três meses, passou de 20 para 181 municípios afetados. Em Pernambuco, 40% dos 168 municípios do Estado sofrem os efeitos da seca. No Piauí, todos os 118 municípios foram

afetados. Como se vê, não há tempo a perder, pois milhares de vida dependem de providências imediatas, e o Governo decidiu agir.

O Presidente Itamar Franco, sensível ao drama dos nordestinos, reuniu-se com Ministros de Estado e líderes de setores representativos, além dos dirigentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e decidiu liberar 4,711 trilhões de cruzeiros, em três parcelas, de março a maio, para um programa emergencial que prevê execução de obras de saneamento, recursos hídricos e de infra-estrutura para o Nordeste.

No último dia 29, saiu publicada, no Diário Oficial da União, medida provisória autorizando a abertura de crédito extraordinário ao Ministério da Integração Regional criando um Programa de Frentes Produtivas de Trabalho. Os maiores contemplados serão os Estados da Bahia e do Ceará, estando destinados a cada um deles 847 bilhões, 980 milhões de cruzeiros, equivalentes a 18% do valor total do convênio. Pernambuco será o terceiro e receberá 769 bilhões, 306 milhões de cruzeiros, equivalentes a 16,33%. A seguir virão a Paraíba, com 12,33%; o Piauí, com 10,83%; o Rio Grande do Norte, com 7,5%; o Maranhão, com 7,08%; Alagoas, com 4,27%; Sergipe, com 2,84% e Minas Gerais, com 2,67%. Os critérios escolhidos para a divisão da verba levaram em conta a população atingida pelas secas e os recursos hídricos.

Sr. Presidente, é preciso dar um basta à miséria, à fome, à subnutrição, às precárias condições de vida que fazem com que tantos nordestinos deixem suas terras e venham inchar as periferias das grandes cidades do Centro-Sul do País. Como afirmou o grande escritor Gilberto Freyre, os nordestinos "são os brasileiros mais marcados na carne e na alma por cicatrizes de lutas brasileiríssimas com o clima e o solo áspero, com a seca, com a fome". Enquanto é possível suportar, o homem do sertão repete cantando: "Só deixo o meu Cariri no último pau de arara", pois o seu amor à terra natal é imenso. Os versos desta e de outras canções retratam bem a resistência do povo nordestino em migrar para outras regiões e sua eterna esperança de voltar.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Senador Ney Maranhão, estou ouvindo com muita atenção o discurso de V. Ex^a e constato que ele, além de retratar fielmente, dramaticamente o que está acontecendo no Nordeste — não poderia ser de outra maneira —, também traz o remédio. E o remédio que V. Ex^a traz para a situação nordestina, principalmente para a região do semi-árido, é a irrigação. Não resta dúvida, V. Ex^a tem inteira razão. O seu pensamento é o mesmo de dezenas de estudiosos, de técnicos que já realizaram estudos. O pensamento de V. Ex^a, porém, não se baseia apenas em estudos, mas está respaldado em sua própria experiência, porque, quando fala no exemplo de Petrolina, em Pernambuco, poderia, também, falar no exemplo do Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, no exemplo de Mossoró, nas culturas irrigadas que ali existem, no sucesso da produção para exportação que ali se desenvolve. Então, V. Ex^a tem inteira razão, tanto no diagnóstico, quanto no remédio. Na Sudene existe hoje um estudo, um planejamento, um plano de recursos hídricos no valor de 4 bilhões de dólares. É um plano audacioso, ousado, tendo em vista a pobreza de recursos para a execução desse plano, numa hora como a que vivemos hoje neste País.

Mas digo tudo isso para salientar que existem os planos, existem os programas e necessitamos, de fato, de decisão política. O Governo está tomando providências. Vamos esperar que elas prossigam e tenham seus desdobramentos, com esperanças de melhores dias para nossa região. Muito obrigado, Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO — Agradeço a V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho, especialmente por se tratar do aparte de um Senador que conhece a fundo a luta titânica dos seus conterrâneos, do nosso nordestino, pela sobrevivência. V. Ex^a é um dos mais autênticos representantes do Nordeste — o seu pequeno Estado, que é grande nas decisões, está sofrendo os efeitos prolongados dessa estiagem — e vamos lutar juntos, Senador Garibaldi Alves Filho, para que, com a regulamentação do IPMF, possamos definir, com o apoio e da maioria da nossa Bancada do Nordeste, se não 30%, uma verba no Orçamento para a irrigação. Como V. Ex^a muito bem frisou, onde existe água — e é o caso do Vale do Açu e de Petrolina — existe a riqueza; onde houver riqueza, a miséria será riscada do mapa, principalmente do Nordeste. Agradeço a V. Ex^a esse oportuno aparte.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Nobre orador, advirto que o seu tempo está esgotado.

O SR. NEY MARANHÃO — Sr. Presidente, serei rápido no restante das minhas considerações. Peço a sua paciência de Jó com relação a este Senador nordestino.

Toadas de lamento e de revolta, como a famosa "Asa Branca", de Luiz Gonzaga, saíram bem do fundo do coração do sofrido sertanejo, tangido pela seca e pelo desleixo governamental.

Sr^s e Srs. Senadores, é revoltante, num País que economicamente se insere entre os maiores do mundo, ver uma região estigmatizada pela seca e pela fome, expondo dramas semelhantes aos da Somália ou da Etiópia.

Nós, os representantes dos Estados do Nordeste no Congresso Nacional, juntamente com os governadores, os prefeitos municipais, os deputados estaduais, formamos todos um coro para clamar uma solução definitiva para os problemas da região. É chegada a hora de exigirmos investimentos em agricultura de sequeiro e em irrigação para que o Nordeste se transforme em uma nova fronteira agrícola, de grande potencial, capaz de produzir milhões de toneladas de grãos por ano.

Como enfatizei anteriormente, estou convencido de que a irrigação é a solução definitiva para o Nordeste e de que os recursos gastos para superar as emergências são inúmeras vezes maiores do que os exigidos para irrigar nossas terras. Por esse motivo, estou apresentando uma emenda à lei complementar do IPMF, que destina 30% dos recursos arrecadados para serem aplicados exclusivamente em irrigação na região Nordeste.

Sr^s e Srs. Senadores, ao concluir meu pronunciamento, gostaria de pedir o apoio dos membros desta Casa para a sua aprovação, pois tenho consciência de que as tensões na região são imensas, ensejando um quadro de pré-convulsão social. Sem dúvida, é um risco para a própria unidade nacional a existência desse verdadeiro fosso que hoje separa os nordestinos do resto do País. É preciso, de uma vez por todas, que se modifique o atual modelo econômico e que a região Nordeste se integre a um projeto nacional de desenvolvimen-

to. Só assim as imagens na TV que hoje nos angustiam deixam de ser uma triste realidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Aureo Mello — Carlos Dê Carli — César Dias — Epitácio Cafeteira — Gerson Camata — Gilberto Miranda — Hydekel Freitas — Iram Saraiva — Jarbas Passarinho — José Fogaca — Levy Dias — Marluce Pinto — Moisés Abrão — Nelson Carneiro — Ney Maranhão — Raimundo Laiora .

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Sobre a mesa requerimentos que serão lida pelo Sr. 1º Secretário:

São lidos o seguintes.

REQUERIMENTO N° 325, DE 1993.

Senhor Presidente

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senador Federal, combinado com o previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, solicito seja encaminhado ao Ministro da Integração Regional, Dr. Alexandre Costa, o presente requerimento, com vistas às informações sobre as seguintes questões:

1. Qual o montante dos recursos liberados pelo Ministério da Integração Regional, para o Estado da Bahia, de 1-6-92 a 3-10-92?
2. Quais os convênios para transferência de recursos assinados pelo Ministério da Integração Regional com o Governo do Estado da Bahia municípios do Estado da Bahia e outras instituições daquele Estado, de 1-6-92 a 3-10-92? Referidos recursos conveniados foram efetivamente repassados?
3. Qual o valor destes repasses, segundo cada um dos beneficiários? Qual a data de liberação, quem recebeu, com que finalidade, e através de qual órgão do Ministério, no Estado da Bahia?
4. Quais os programas e convênios realizados a fundo perdido, e qual o tipo de contrapartida oferecido em cada um deles, pelos municípios do Estado da Bahia?

Sala das Sessões 5 de abril de 1993. Senador Jutahy Magalhães.

(Ao Exame da Comissão Diretora.)

REQUERIMENTO N° 326, de 1993.

Senhor Presidente.

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o previsto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, solicito seja encaminhado ao Ministro da Saúde, Dr. Jamil Haddad, o presente requerimento, com vistas às informações sobre as seguintes questões:

1. Qual o montante dos recursos liberados pelo Ministério da Saúde para o Estado da Bahia, de 1-6-92 a 3-10-92?
2. Quais os convênios para transferência de recursos assinados pelo Ministério da Saúde com o Governo do Estado da Bahia, municípios do Estado da Bahia e outras instituições daquele Estado, de 1-6-92 a 3-10-92? Referidos recursos conveniados foram efetivamente repassados?
3. Qual o valor destes repasses, segundo cada um dos beneficiários? Qual a data de liberação, quem recebeu, com que finalidade, e através de qual órgão do Ministério, no Estado da Bahia?

4. Quais os programas e convênios realizados a fundo perdido, e qual o tipo de contrapartida oferecido em cada um deles, pelos municípios do Estado da Bahia?

Sala das Sessões, 5 de abril de 1993. — Senador Jutahy Magalhães.

REQUERIMENTO N° 327, DE 1993.

Senhor Presidente

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, solicito seja encaminhado ao Ministro do Bem-Estar Social, Dr. Jutahy Magalhães Júnior, as presente requerimento, com vistas às informações sobre as seguintes questões:

1. Qual o montante dos recursos liberados pelo Ministério do Bem-Estar Social para o Estado da Bahia, de 1-6-92 a 3-10-92?
2. Quais os convênios para transferência de recursos assinados pelo Ministério do Bem-Estar Social com o Governo do Estado da Bahia, municípios do Estado da Bahia e outras instituições daquele Estado, de 1-6-92 a 3-10-92? Referidos recursos conveniados foram efetivamente repassados?
3. Qual o valor destes repasses, segundo cada um dos beneficiários? Qual a data de liberação, quem recebeu, com que finalidade, e através de qual órgão do Ministério, no Estado da Bahia?
4. Quais os programas e convênios realizados a fundo perdido, e qual o tipo de contrapartida oferecido em cada um deles, pelos municípios do Estado da Bahia?

Sala das Sessões 5 de abril de 1993 Senador Jutahy Magalhães.

REQUERIMENTO N° 328, DE 1993

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, solicito veja encaminhado ao Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Dr. Lázaro Barbosa, o presente requerimento, com vistas às informações sobre as seguintes questões:

1. Qual o montante dos recursos liberados pelo Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, para o Estado da Bahia, de 1-6-92 a 3-10-92?
2. Quais os convênios para transferência de recursos assinados pelo Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária com o Governo do Estado da Bahia, municípios do Estado da Bahia e outras instituições daquele Estado, de 1-6-92 a 3-10-92? Referidos recursos conveniados foram efetivamente repassados?
3. Qual o valor destes repasses, segundo cada um dos beneficiários? Qual a data de liberação, quem recebeu, com que finalidade, e através de qual órgão do Ministério, no Estado da Bahia?
4. Quais os programas e convênios realizados a fundo perdido, e qual o tipo de contrapartida oferecido em cada um deles, pelos municípios do Estado da Bahia?

Sala das Sessões, 5 de abril de 1993. — Senador Jutahy Magalhães.

(Ao exame da Comissão Diretora.)

REQUERIMENTO N° 329, DE 1993

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o previsto no art. 50 , § 2º, da Constituição Federal, solicito seja encaminhado ao Ministro da Educação e do Desporto, Dr. Murilo Hingel, o presente requerimento, com vistas às informações sobre as seguintes questões:

1. Qual o montante dos recursos liberados pelo Ministério da Educação e do Desporto, para o Estado da Bahia, de 1º-6-92 a 3-10-92?

2. Quais os convênios para transferência de recursos assinados pelo Ministério da Educação e do Desporto com o Governo do Estado da Bahia, municípios do Estado da Bahia e outras instituições daquele Estado, de 1º-6-92 a 3-10-92? Referidos recursos conveniados foram efetivamente repassados?

3. Qual o valor destes repasses, segundo cada um dos beneficiários? Qual a data de liberação, quem recebeu, com que finalidade, e através de qual órgão do Ministério, no Estado da Bahia?

4. Quais os programas e convênios realizados a fundo perdido, e qual o tipo de contrapartida oferecido em cada um deles, pelos municípios do Estado da Bahia?

Sala das Sessões, 5 de abril de 1993. — Senador Jutahy Magalhães.

REQUERIMENTO N° 330, DE 1993

Nos termos dos arts. 216 e 238 do Regimento Interno, formulou o seguinte a ser encaminhado ao Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, Dr. José Eduardo Vieria:

1. A Portaria nº 164/91, do Ministério da Justiça, que trata da Certificação de Equipamentos Elétricos para Atmosferas Explosivas, vem sendo cumprida integralmente pelos fabricantes dos equipamentos referidos?

2. As disposições da carta INMETRO/DINQP nº 692/92 têm prevalecido sobre as normas contidas na Portaria nº 164/91, com as quais conflita?

3. Tem sido aplicado algum tipo de punição aos fabricantes que não têm se enquadrado nas normas da Portaria nº 164/91? Qual?

4. Qual a política prevista para o setor, em termos de fiscalização dos fabricantes e obrigatoriedade de cumprimento das normas da Portaria nº 164/91?

Sala das Sessões, 5 de abril de 1993. — Senador Jutahy Magalhães.

(Ao exame da Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 38 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Os itens nºs 1 e 2 da pauta da Ordem do Dia de hoje, em fase de votação, ficam com sua apreciação adiada por falta de quorum.

São os seguintes os itens adiados:

1

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 67, DE 1992—COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, e, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992—Complementar)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992—Complementar (nº 71/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, tendo

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Alfredo Campos, favorável, na forma de Substitutivo que apresenta.

2

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 46, DE 1992—COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, e, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992—Complementar)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — A Presidência retira o item 3 da pauta, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

É o seguinte o item retirado:

3

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 179, DE 1990**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 337, e, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1990 (nº 202/91, naquela Casa), de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, previsto no art. 175 da Constituição, e regula a concessão de obra pública.(Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Passa-se agora à apreciação do Requerimento nº 323, de 1993, lido no Expediente, de autoria do nobre Senador Magno Bacelar.

Solicito ao nobre Senador Valmir Campelo que apresente o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de requerimento do Senador Magno Bacelar, que foi convidado a participar da 89ª Conferência Interparlamentar em Nova Delhi, na Índia, no qual S. Ex^e pede autorização para desempenhar referida missão.

Após o exame pela Comissão, o meu parecer concluiu pela aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — O parecer é favorável.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro. (Pausa.)

S. Ex^a não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a terceirização é uma tendência mundial, que o Brasil começa a adotar, de forma ainda relativamente limitada. Trata-se de um conceito-chave nos tempos modernos, que consiste em aumentar a produtividade e a competitividade, os níveis de qualidade dos produtos, reduzindo custos. Em suma, quando a palavra de ordem é competição, as empresas são chamadas a concentrar-se no seu produto, transferindo para terceiros atividades-meio e mesmo atividades produtivas consideradas secundárias.

Não estamos tratando de um modismo, tão freqüente nessa época de revolução nos meios de comunicação de massa. Grandes empresas, como a Volkswagen, Ford, Mercedes Benz, Maxion, Vilares, IBM, Phillips, White Martins, entre outras, aderiram a diversas formas de terceirização, perseguindo maior volume de valor agregado e, naturalmente, a redução de custos, que é objetivo permanente num mundo em que a competição promete se tornar cada vez mais intensa.

São muitas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as vantagens desse novo fenômeno na administração empresarial. A mais notória delas é a redução de custos. Porém ao reduzir sua estrutura, tornando-a mais leve, a empresa estará se dedicando integralmente a gerar, aprimorar e diversificar seus processos produtivos. A nova onda ativa a economia mediante a multiplicação de empresas prestadoras de serviços, que costumam oferecer mais empregos.

No Brasil são os setores de apoio os preferencialmente contemplados pela terceirização. Sessenta por cento das empresas escolheram referidos setores. Porém, outros campos de atividades foram ainda bastante votados, como as áreas de operação (26%), de suporte e assessoria (22%) e marketing-vendas (21%). Só a pesquisa e desenvolvimento, dado seu caráter estratégico, tem percentual baixo - cerca de um por cento. Mas, Srs. Senadores, para que esta nova atividade econômica funcione a contento, faz-se indispensável um mínimo de identidade entre a empresa e os fornecedores. Isso exige que se estabeleçam vínculos mais profundos do que os que são normalmente fixados nos contratos convencionais. Observam os especialistas que, para ganharem a condição de parceiros, empresa e fornecedor, devem ter interesses comuns, considerando-se como verdadeiros sócios do empreendimento.

A terceirização, Sr. Presidente, tem levado o comprador a financiar o fornecedor em projetos tecnológicos, oferecendo-lhes programas de treinamento e de controle de qualidade e colocando à sua disposição centros de processamento de dados. A IBM do Brasil transfere integralmente sua tecnologia a mais de 400 dos seus fornecedores, só na área de produção. A Phillips do Brasil adota o mesmo procedimento em relação à sua linha de estamparia. O Grupo Vilares preocupou-se em preparar um programa de capacitação para seus fornecedores. Este grupo empresarial tem obtido excelentes resul-

tados em matéria de terceirização. No início, a empresa colheu resultados hesitantes que a obrigaram a fazer alguns ajustes com os fornecedores, os quais incluíram programas de capacitação e cessão de mão-de-obra e de matéria-prima. Os aperfeiçoamentos procedidos em programa que começou em 1985 permitiram à empresa reduzir o tempo de fabricação de um produto de 45 para 7 dias, sua área de produção de 42 mil metros quadrados para 26 mil metros quadrados. O estoque de matéria-prima passou a girar 15 vezes por ano, número bastante expressivo, embora muito longe dos padrões praticados pelo Japão (40 vezes).

Muitas empresas recorrem freqüentemente a ex-funcionários para aplicar modelos de terceirização, explorando o fato de que antigos servidores são mais familiarizados com a cultura e a política dessas corporações privadas. A Vilares preferiu esse sistema, assim como a indústria de vidros Santa Marina, que organizou um programa de abertura de pequenas distribuidoras, entregando-as a cerca de 150 ex-funcionários. A prática tem-se generalizado, tanto que a têm adotado 31% das empresas consultadas pela Coopers & Librand.

Especialistas na matéria advertem que a terceirização não é um objetivo em si mesmo, mas a forma que a empresa encontrou para que seus produtos tenham maior valor agregado a menores custos. Cada parte do processo produtivo fica sob a responsabilidade de empresas altamente especializadas, cabendo à empresa-mãe a responsabilidade pela parte que domina.

Há experiências curiosas nessa matéria. O Departamento de Distribuição Física da Phillips deixou a empresa para se tornar uma subsidiária. Não houve redução de custos, pois não era este o objetivo da empresa, uma vez que os funcionários são os mesmos e a política salarial não se alterou. A diferença é que a subsidiária tem autonomia para prestar serviços a outras empresas. Uma vez independente, a subsidiária precisa ser competitiva para manter a Phillips em sua carteira de clientes. A sua vantagem consiste em levar ao mercado a experiência que acumulou na origem, ao mesmo tempo em que enriquece essa experiência, buscando soluções para outros clientes.

A terceirização tem aberto um novo mercado para profissionais especializados. De tal forma que 50% dos executivos hoje disponíveis têm preferido montar seus próprios empreendimentos para não voltarem a ser empregados. No entanto, apesar das vantagens apresentadas, os próprios especialistas advertem para os riscos da nova tendência, sobretudo se as empresas encararem-na como uma forma de reduzir custos e mão-de-obra e os executivos terceirizados tornarem-se fornecedores exclusivos das empresas onde trabalharam. As empresas não escondem o receio de que a exclusividade gere uma relação de trabalho presumida, criando conflitos trabalhistas. Outra deficiência é apontada sempre que se estabelece exclusividade do fornecimento - o fornecedor corre o risco de se especializar demasiadamente no processo de produção de seu único cliente, abrindo caminho para a estagnação tecnológica. Porém, há vários exemplos de terceirização que ajudaram muitas empresas a aperfeiçoar os seus processos produtivos, conferindo-lhes maiores padrões de eficiência e níveis de qualidade mais altos.

O conglomerado Itaú conheceu experiência desse tipo. A Itaú Seguros, situada em quarto lugar no ranking das seguradoras, enfrentava dificuldades para encontrar uma empresa de primeira linha que prestasse serviços na avaliação de automóveis e regulação de sinistros. A Itaú recrutou um de seus

diretores, Flávio Molica, que acumulava uma experiência de 20 anos no mercado segurador, como responsável pela carteira de automóveis, para organizar a prestação desse serviço de qualidade.

O ex-funcionário aproveitou seu precioso **know-how** para constituir a Molicar, empresa de avaliação de automóveis. A Itaú foi o seu primeiro, mas não único cliente. Antes de tomar a iniciativa de constituir uma empresa própria, faz-se necessário promover uma pesquisa de mercado, procurando conhecer algumas experiências no País e no exterior. De acordo com o ex-servidor do Itaú, agora dono de seu próprio negócio, 98% das seguradoras, nos Estados Unidos, utilizam serviços de terceiros. A Itaú, de sua parte, comemora a eficiência e rapidez que ganhou na regulação dos sinistros de veículos segurados pelas empresas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estudo realizado pela Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) revela que objetivo mais nobre da terceirização é melhorar a qualidade do produto, otimizando os resultados - o que resulta naturalmente numa redução de custos. Adverte, todavia, o mesmo estudo que a empresa não deve buscar, apenas, a redução de custos. O segredo para o sucesso desse novo sistema é o estabelecimento de uma profunda relação de parceria, na qual é indispensável que o negócio seja conveniente às duas partes nela envolvidas.

Estou certo de que a terceirização representa o caminho mais seguro para um esforço nacional que se destine a encurtar a distância que nos separa dos países desenvolvidos, em matéria de índices de qualidade e produtividade, mesmo ciente de que esta distância é muito grande, a julgar por alguns dados estatísticos. Aqui, temos a rejeição de 23 a 28 mil peças para cada milhão contra uma média mundial de 200 peças, um tempo médio de entrega de 35 dias contra 2 a 4 dias no mundo desenvolvido e 40% de tempo parado por defeitos em máquinas contra 15% a 20% em outros países - e de 5% a 8% no Japão.

Concluindo, Sr. Presidente, creio que a terceirização é o meio mais seguro contra o gigantismo e a morosidade na ação. Entretanto, temos que ficar atentos para não permitirmos que essa atividade empresarial venha a se transformar em meio inidôneo para que empresas e empresários mal-intencionados promovam fraudes contra os direitos trabalhistas, instituindo processos ilícitos de exploração de mão-de-obra. Se é verdade que se trata de um sistema capaz de modernizar as relações de trabalho e os próprios processos produtivos, é preciso evitar que venha a se transformar em instrumento utilizado por empresários inescrupulosos contra os interesses dos trabalhadores brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra à Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE (PRN — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje, dois assuntos me trazem a esta tribuna. O primeiro é para registrar um fato histórico, comemorar uma data, homenagear homens e mulheres muito especiais e, por fim, fazer uma manifestação que — tenho certeza — representa o sentimento da opinião pública de Minas Gerais, o meu Estado.

Sei, ao falar sobre os 66 anos do jornal **Estado de Minas**, que não sou a primeira nem serei a última a discursar sobre aquele que, ao longo do dia-a-dia de sua vida, tornou-se unanimemente "o grande jornal dos mineiros", pela sua sobriedade,

crescimento empresarial, consciência cívica e política, pela equipe de profissionais que reúne e, principalmente, pelo público leitor sempre respeitado nos clamores que brotam das montanhas de Minas. As pesquisas indicam que o índice de leitura do **Estado de Minas**, torna indiscutível o alcance desse jornal entre os mineiros de todos os credos, de todas as origens, de todas as regiões do Estado, qualquer que seja sua classe social, sua renda, profissão, tendência política ou identidade partidária.

Confundindo-se com a própria história mineira nesses seus 66 anos de existência, o **Estado de Minas** simboliza o sentido mineiro de resistência, austeridade, compromisso ético, bom jornalismo, atualidade, além de ser, atualmente, uma das cinco maiores empresas do ramo, no País. Esse jornal-líder é o próprio **Estado de Minas Gerais**, por sua representatividade e autenticidade com nossa gente.

Colocando-se sempre na vanguarda das tradições libertárias de Minas Gerais, o jornal tem honrado o seu compromisso do primeiro dia, quando pela primeira vez ofereceu-se aos mineiros para ser sóbrio, discreto, mas corajoso e autêntico na representação de sua gente.

Realmente, tanto o veículo como sua equipe são e continuam fiéis a esse princípio básico do jornalismo moderno, sempre comprometido com a verdade acima de tudo.

Se o **Estado de Minas** é a história de Minas, a vida política do meu Estado está, por consequência, diretamente ligada a esse importante jornal. Participe com total isenção e equidistância, como convém a Minas e à República — lembrando Milton Campos —, o grande jornal dos mineiros tem sido o melhor espelho da vida política do nosso Estado.

Por sua direção e por seus editoriais, já passaram jornalistas do mais alto brilho profissional, capacidade crítica e formação ética, dos quais poderia lembrar-me de vários. Mas destacar uns e omitir outros pode ser, ao mesmo tempo, injustiça e atitude imperdoável da memória. Então, é indispensável que retratemos, aqui, nas figuras de três pessoas magnâimas, a homenagem que, através deles, merecem todos os que fizeram, fazem e irão fazer o **Estado de Minas** de todos os dias.

Quero citar o inesquecível fundador dos Diários e Emissoras Associados, o Embaixador Assis Chateaubriand Bandeira de Melo; o sempre lembrado com carinho Geraldo Teixeira da Costa — o Gegê, que, durante anos, viveu intensamente o **Estado de Minas**, lá entrando como repórter e saindo como diretor-geral e amigo de todos; o eterno Jornalista Pedro Aguialdo Fulgêncio, que soube estruturar e dirigir a Rua Goiás nº 36, sede da redação e administração do jornal, uma verdadeira escola de jornalismo, onde o carinho para com os companheiros de trabalho era uma característica e um ato diário de solidariedade humana.

Presente na casa da maioria dos mineiros, todas as manhãs, levando informações para milhões de pessoas, ao circular de mão em mão pelos ambientes de minha terra, tornando amigo inseparável dos que querem saber como anda esse desafiante mundo, o **Estado de Minas** consegue ser unânime mesmo quando sai às ruas para defender ou reivindicar pelo mais pobre, pela sociedade, enfim, junto à classe política, enaltecedo ações e iniciativas, criticando posições e atitudes, apoiando campanhas ou carregando suas bandeiras; na defesa intransigente do empresariado e da livre iniciativa; apoiando entidades de classe e dividindo com elas a tarefa de mobilizar corações e anseios; encorajando jovens que exigem ética, justiça, melhoria das condições de vida, mais educação, oportunidades de trabalho e justiça social; no relato das reivindi-

cações e aspirações dos trabalhadores e suas entidades sindicais; no noticiário econômico, internacional, assuntos da cidadade, ao tratar dos problemas dos municípios mineiros, nas colunas, no noticiário esportivo, até na chamada crônica policial, onde, também, sempre pontificou.

O Estado de Minas somos nós, todos os mineiros.

E é exatamente por isso que não posso deixar de vir a esta tribuna, pela importância e puja que representa a tribuna do Senado da República do meu País, dizer aos jornalistas — meus colegas de profissão — e a todos os empregados do jornal que, ao início desses 66 anos, participam com rara oportunidade desse momento da vida mineira e do dia-a-dia do Brasil.

Sob o comando nacional de Paulo Cabral de Araújo, Presidente Nacional dos *Diários Associados*, e de Camilo Teixeira da Costa, Diretor-Geral, a equipe Estaminas é o orgulho das nossas Minas Gerais, razão por que todo ano o 7 de março de 1928 precisa ser relembrado, porque ali começou toda essa histórica e importante caminhada.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o outro assunto refere-se ao noticiário de ontem do jornal *O Globo* quando, através de suas páginas, está destacada uma denúncia de grande gravidade! Considero o assunto sério, porque se trata, sem dúvida alguma, de uma situação de trabalhadores do campo, de trabalhadores rurais, que vivem hoje na condição praticamente de trabalhadores escravos. Não podemos imaginar que em pleno ano de 1993, quando o Brasil conquistou, através da Assembléa Nacional Constituinte, a nova Carta Magna deste País, a partir de 1988, o povo brasileiro ainda constata que existem no Estado do Rio de Janeiro e, quiçá, por todo o País, homens e mulheres que trabalham 10, 12 horas, de segunda a segunda, ganhando a metade ou um quarto do salário mínimo, sem carteira assinada, sem as obrigações sociais e trabalhistas, sem décimo terceiro, sem férias, sem descanso semanal, enfim, sem assistência médica!

Ficamos a imaginar quando constatamos, através dessa reportagem publicada pelo jornal *O Globo*, como é que o País pode conviver nessa situação? Dizer que 200 mil trabalhadores trabalham como escravos, como cita o jornal, nessa reportagem: "... os que trabalham numa granja e há vários meses não comem sequer uma refeição regada a frango"... isso realmente choca a opinião pública do nosso País, quando constatamos uma situação dessa!

Trabalhadores que convivem com essa situação, muitas vezes na ignorância dos seus próprios direitos, estão hoje sendo manipulados pela perversa atitude de empresários, de fazendeiros que não têm sequer o mínimo de sensibilidade diante de uma questão social tão grave quanto esta: de dar o mínimo de dignidade aos trabalhadores que lhe servem no dia-a-dia, para que eles possam manter suas famílias, para que eles possam, todos os dias, colocar o pão e o leite na mesa para os seus filhos.

Essa reportagem revolta a todos nós. Tenho a certeza de que essa é uma denúncia que cala profundamente na alma e no coração de todos nós.

Por isso, Sr. Presidente, quero fazer aqui um apelo veemente ao Ministro do Trabalho Walter Barelli, para que S. Ex^e, que gerencia hoje, no Governo Itamar Franco, as responsabilidades da gestão dos direitos dos trabalhadores brasileiros, determine imediatamente uma comissão de fiscalização para que esta vá aos locais denunciados pela reportagem, a fim de que S. Ex^e tome as providências necessárias e cabíveis

com a maior urgência, para que o País não conviva mais com essa prática.

Depois que a Princesa Isabel passou para a História do Brasil, devolvendo ao negro, ao trabalhador, ao povo brasileiro o direito de cidadania, o Brasil de 1993 não pode conviver com essa situação escravagista.

Por isso, fica aqui o nosso registro e a certeza de que voltaremos a esta tribuna tantas vezes quantas forem necessárias, para cobrar, das autoridades competentes e responsáveis pelo setor do trabalho, as medidas necessárias e cabíveis, para acabar de uma vez por todas com essa situação de escravidão por que passa uma grande parcela dos trabalhadores brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (PRN — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de mais nada, temos a aduzir a nossa solidariedade às palavras com que a ilustre correligionária, Senadora Júnia Marise, se manifestou há alguns instantes, primeiro, no concernente ao aniversário do grande órgão de imprensa mineiro a que aludi e, em segundo lugar, a essa problemática desditsa e infeliz que avassala o Brasil inteiro e que vem causando prejuízos e dissabores aos trabalhadores da nossa Pátria — um reflexo fiel da situação financeira e econômica nos dias de hoje. Não é somente em Minas Gerais que isso acontece. Também no Amazonas, estamos sabendo que cerca de 38 mil amazonenses já emigraram da nossa terra para buscar empregos, situações melhores, em outros lugares.

Mas a razão principal da minha presença ante V. Ex^e, Sr. Presidente e eminentes Srs. Senadores, é fazer uma referência sobre a vitória que o Brasil obteve, ou seja, a medalha de ouro na modalidade de hóquei sobre piso, em uma disputa final espetacular com a Rússia, nos V Jogos Olímpicos Especiais de Inverno, realizados na semana passada em Salzburgo, na Áustria, entre deficientes.

Foi a primeira vez que o Brasil participou dos Jogos Olímpicos Especiais de Inverno, e só nessa modalidade havia mais de 300 atletas representando 26 países, o que enaltece ainda mais o Brasil.

A equipe campeã possui 12 atletas, dos quais 5 são brasilienses e estudam na rede de ensino especial da Fundação Educacional, sendo 2 em Planaltina, 2 no Gama e 1 no Guará.

Além da medalha de ouro na competição em grupo, destacou-se um atleta do Pará, Alberto Augusto Oliveira, conquistando a segunda colocação do torneio individual de habilidade no hóquei sobre piso, com um total de 105 pontos, garantindo outra medalha de ouro para o Brasil. Ainda se destacaram no torneio individual Antônio Fernandes, um brasiliense do Gama, conseguindo o oitavo lugar; Paulo Roberto, de Santa Catarina, e Luís Antônio, do Rio de Janeiro, que dividiram a sétima colocação.

É importante esclarecer que, apesar de no Brasil quase não se conhecer esse trabalho, no resto do mundo os deficientes são valorizados e respeitados como elementos produtivos à sociedade, e, em face disso, os jogos especiais de inverno são patrocinados pela *Special Olympics International*, ligada à Fundação Joseph Kennedy, com a finalidade de promover o esporte para as pessoas portadoras de deficiências. Este ano, estavam presentes os filhos de Robert Kennedy, Arnold Schwarzenegger, a cantora Cindy Lauper, dentre outros.

Vale ressaltar o excelente trabalho desenvolvido pelo Professor Vanilton Senatore, que dirige a Associação das Olimpíadas Especiais do Brasil. Foi também uma vitória da Secretaria chefiada pelo Sr. Márcio Braga e também dos funcionários e assistentes que conduziram as equipes até Salzburgo, realizando, assim, um feito memorável e realmente merecedor de destaque.

É um fato que atinge todos os deficientes físicos deste País e enaltece a força de vontade da Secretaria de Esportes do Ministério da Educação e, ao mesmo tempo, indubitavelmente, o espírito brasileiro que não se verga mesmo diante das tragédias maiores.

O Sr. Ney Maranhão — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. AUREO MELLO — Ouço V. Ex^e com prazer.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Aureo Mello, quero me congratular com o pronunciamento de V. Ex^e. Há um mandamento na luta marcial do judô, muito citado por Kodurukan, o papa do judô, que diz: "Poder é querer". Ou seja, com força de vontade, chegamos a qualquer lugar. A participação desses jogadores portadores de deficiências físicas, com a conquista de medalhas, é uma prova evidente da sua fé, da sua força de vontade, que muito engrandece a nós, brasileiros. Nesse sentido, Senador Aureo Mello, ainda esta semana, devo conversar com o Ministro da Educação, para falar de um projeto de nossa autoria, para aproveitamento de todas as áreas esportivas de aproximadamente 1.500 clubes de futebol, que são ociosas de segunda a sexta-feira. Essas áreas podem ser aproveitadas para a alfabetização de adultos, e com isso os clubes, que devem uma fortuna ao INSS, cerca de Cr\$ 1,2 trilhões — e parte desse problema já foi resolvido, também, com um projeto de autoria deste Senador, em que 5% da renda serão destinados para pagamento do INSS —, eles poderão pagar suas dívidas. É uma solução inteligente que encontramos. Esse projeto poderá ser aproveitado também para as pessoas portadoras de alguma deficiência física, pois os clubes podem propiciar, cada dia mais, o aperfeiçoamento do atletismo, em todas as categorias e em todos os setores da vida pública. Neste momento, nós nos lembramos de Pelé, de Garrincha. Onde eles aprenderam a jogar futebol? Jogando peladas nos campos dos bairros, que hoje não existem mais. Foi quando tivemos o verdadeiro futebol, o esporte-rei, quando o Brasil realmente foi campeão. De lá para cá, tem sido um fracasso. Nesse sentido, espero que o Ministro da Educação se sensibilize com essa nossa idéia, que trará mais espaços apropriados para todos aqueles que gostam e desejam praticar esportes. Esse exemplo que V. Ex^e nos deu mostra a força de vontade e a tenacidade de brasileiros, provando que também são pessoas capazes de dar a sua contribuição a este País e à coletividade. Parabéns a V. Ex^e.

O SR. AUREO MELLO — Muito obrigado, Senador Ney Maranhão. Sei perfeitamente da profundidade das proposições de V. Ex^e, do sentido prático e do longo alcance que elas têm. V. Ex^e realmente tem contribuído com uma série de projetos, que, uma vez aprovados, se tornam um somatório excelente para o progresso de vários setores da vida brasileira.

Um exemplo disso é esse projeto que trata do pagamento parcelado à Previdência do débito imenso dos clubes esportivos.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. AUREO MELLO — Com prazer, ouço V. Ex^e.

O Sr. Ney Maranhão — É só para dizer que o Presidente Itamar Franco já sancionou esse projeto.

O SR. AUREO MELLO — V. Ex^e merece um voto de louvor nesta Casa, porque a sua idéia foi muito feliz e excelente para todos os brasileiros e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para que os clubes não fiquem dessangrados nas suas arrecadações. V. Ex^e realmente será merecedor da gratidão de todos os esportistas do Brasil, porque encontrou uma fórmula perfeita e vitoriosa.

A propósito, temos na direção do Ministério da Educação um dos homens mais interessantes do Governo do Presidente Itamar Franco — Sr. Murilo de Avellar Hingel —, com quem tive oportunidade de palestrar recentemente. Trata-se de um homem de muito talento e valor. Pude perceber que, dentre todo o staff do Presidente Itamar Franco, Murilo de Avellar Hingel é um daqueles que podem realmente ser carro-chefe, porta-estandarte, bandeira livre neste Governo. Trata-se de um administrador realmente interessante e para o qual peço a atenção dos Srs. Parlamentares, porque é uma pessoa de grande personalidade e características individuais, uma figura singular. S. Ex^e é professor, inclusive já andou lá pelo Município de Tefé, no longínquo Amazonas.

Gostei de ter tido a oportunidade, nesta hora, de prestar esta homenagem ao Ministro da Educação. S. Ex^e, sem dúvida alguma, merece um crédito de confiança da parte de todos nós.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^e outro aparte?

O SR. AUREO MELLO — Ouço V. Ex^e com prazer.

O Sr. Ney Maranhão — Complementando as palavras de V. Ex^e sobre o Ministro da Educação, gostaria de dizer que conversarei com S. Ex^e a respeito do aproveitamento dessas áreas ociosas. Segundo soube, o Ministro esteve na China há pouco dias e chegou encantado, impressionado com o desenvolvimento do povo chinês na área continental, a China Popular. O que mais chamou a atenção de S. Ex^e, Senador Aureo Mello, foi que na maioria das universidades chinesas existe a cadeira de língua portuguesa. V. Ex^e deve ter mais informações do que eu, mas nunca ouvi falar da existência, em nossas universidades, da cadeira de língua chinesa.

O SR. AUREO MELLO — Não há.

O Sr. Ney Maranhão — O Ministro voltou entusiasmado da China, sobretudo porque, ao visitar as universidades de Xangai, de Pequim e de Cantão, constatou que em todas elas existe a cadeira de Português. Isso confirma o que me foi transmitido, quando cheiei uma Delegação Parlamentar brasileira à China, pelo Sr. Jiang Zeming, Secretário-Geral do Partido Comunista e recentemente eleito Presidente da China. Ele demonstrou o interesse que tem pela aproximação com o nosso País. E essa cadeira de língua portuguesa, que está sendo administrada pelos professores daquela grande nação, talvez não seja para se encontrar com Portugal, mas com o Brasil, fato esse que chamou a atenção do Ministro e, tenho certeza, será discutido por nós com respeito à aproximação dos dois países. Agradeço a oportunidade que V. Ex^e me concede em seu discurso, quando faz as melhores referências ao Ministro da Educação.

O SR. AUREO MELLO — V. Ex^e tem razão. Acredito que o Ministro aproveitará mesmo essa oportunidade porque, realmente, o povo chinês, pela sua cultura milenar, pela sua tradição intelectual, pela racionalidade do seu modo de vida,

inclusive alimentar, é o povo, por assim dizer, mais respeitável que pode haver na face da terra.

Não é um povo belicoso, porque o povo chinês não para disso; eles sabem viver a vida, racional e intelectualmente. Posso dizer que é o único país onde o socialismo conseguiu se firmar e vencer absolutamente, sem precisar hostilizar os povos capitalistas, adotando, inclusive, muitos processos capitalistas. Essa aproximação com o Brasil é uma prova da grandeza do chinês.

Nostradamus dizia, em uma profecia das mais dramáticas, que, no ano 2000, haveria olhos de améndoas em todas as esquinas. Acredito que esses olhos de améndoas virão tanto como conquistadores, mas como povos salvadores, agentes de um intercâmbio comercial e uma identificação que beneficiará a confraternização absoluta desses povos.

Não me alongarei porque já disse o que tinha a dizer. Iremos ouvir, agora, sem dúvida, a palavra desse convidado que conquistou as baleias dos grandes mares do mundo e que nos abrillantará com o seu verbo, a sua palavra, e sua inteligência e o seu patriotismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PTB — AP). Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a ação do Governo é uma prerrogativa do Poder Executivo, mas isso não exclui ou mesmo tira a responsabilidade do Congresso Nacional de zelar pelo bem público e pelo exercício pleno da cidadania. É com esse propósito que ora encaminho a esta Casa proposta de emenda à Constituição que altera dispositivo da Constituição Federal, instituindo a moção de censura a ministros de Estado.

A confiança entre os Poderes, base da independência entre eles e da estabilidade das instituições, está a merecer tratamento constitucional que conceda ao Poder Legislativo instrumento de manifestação formal e efetiva, quando a credibilidade atinja membros do ministério.

A inércia desse poder, em muitos casos, tem permitido a permanência de ministros que perderam totalmente o respeito da sociedade. Como consequência, a estabilidade e a governabilidade podem vir a ser afetadas. Instituindo-se a moção de censura como solução constitucional, pode-se afastar situações de risco e promover a substituição rápida e processualmente correta dos ministros em descrédito.

Não se diga que o sistema presidencialista é avesso à exoneração de ministros por iniciativa do Legislativo, pois muitos são os pontos de contato entre os Poderes, e a atividade fiscalizadora transcende os limites entre eles, ecoando por diversas formas, muitas das quais sem previsão constitucional. A fiscalização crítica pela atividade parlamentar, e ação dos meios de comunicação e as manifestações diretas da população são meios de que dispõe a sociedade para mostrar o seu descontentamento, para pedir e induzir o afastamento de ministros. A inclusão do instituto da moção de censura no texto da Constituição é, sem sombra de dúvida, elemento de ampliação da atividade de controle, fundamental à boa administração e necessidade premente no momento histórico.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a moção de censura, se instituída, servirá ao aperfeiçoamento do sistema presidencialista, atenuará os efeitos da concentração do Poder Executivo e agilizará a substituição de ministros que não atendam aos anseios da sociedade, seja do ponto de vista da corre-

tência, seja no da moralidade. Em princípio, é claro, todos gozam da confiança presumida, mas a Constituição deve prever as exceções.

A alteração que se pretende promover no texto constitucional tem fundadas razões e finalidade ética, atendendo ao clamor pela moralidade e transparência, ouvidos nos mais diversos meios de expressão popular. Merece, portanto, a atenção e o voto dos membros desta Casa.

Sr. Presidente, essa proposta objetiva, como já disse, estabelecer a moção de censura aos Ministros de Estado, que, pelo projeto, pode ser de iniciativa de um terço dos membros do Senado ou da Câmara, porém efetivada, se for o caso, por maioria absoluta do Congresso Nacional.

É um instrumento que auxiliará, inclusive, o Presidente da República em situação de constrangimento para exonerar um ministro. Uma vez proposto e aprovado o voto de censura, não implicará a exoneração imediata do censurado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. Bello Parga deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS (PSDB — CE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a formação da base industrial brasileira teve o seu momento mais rico em torno de 1940 quando, através da ação do Presidente Getúlio Vargas, o Governo Federal iniciou o processo que estimulou enormemente o desenvolvimento industrial do País.

Esse desenvolvimento teve como base a formação de grandes conglomerados industriais patrocinados pelo governo, entre os quais ressalta-se a Companhia Siderúrgica Nacional, empresa símbolo do processo de desenvolvimento industrial de nosso País.

A Companhia Siderúrgica Nacional surgiu de uma transação entre o Governo Getúlio Vargas e o governo americano de Franklin Delano Roosevelt, mediante o qual o Brasil permitiu que tropas americanas estacionassem em Natal, desde que o governo americano financiasse a instalação de uma usina siderúrgica no País. Essa usina era, naquele momento, importantíssima para o Brasil porque aqui não havia produção de aço.

A Companhia Siderúrgica Nacional, repito, foi um símbolo da mudança do nosso processo de desenvolvimento. Naquela altura, o papel do Estado era fundamental ao desenvolvimento do nosso País, e dele não se furtou o Governo de Getúlio Vargas, estimulado pela figura notável de Rômulo de Almeida, o responsável maior pela criação não só da CSN como também de várias outras empresas nacionais, entre as quais ressalto a PETROBRÁS.

Esse processo, entretanto, teve o seu momento quando não se podia deixar de contar com a participação ativa do Governo Federal, uma vez que a iniciativa privada não tinha condições nem recursos para detonar o processo de desenvolvimento de que o País tanto precisava.

Com o passar dos anos, o Brasil criou um processo autônomo de desenvolvimento econômico. Foi capaz, mediante a iniciativa privada, de gerar um motor próprio, que levou

o País a ter participação importante no comércio internacional, por meio de sua produção industrial.

Não há dúvida de que, quando a iniciativa privada nacional adquiriu condições de ser o motor desse processo de desenvolvimento, esperava-se, como é natural, que o Governo recuperasse a sua participação na economia, uma vez que não é seu papel — óbvio que esse papel cabe mais à iniciativa privada, mais capaz de produzir bens e serviços.

Em meio ao desenvolvimento desse processo, surgiu ultimamente o processo de privatização das indústrias nacionais que encontrou a sua maior razão de ser na habilidade e na capacidade da empresa privada de criar bens e serviços, já que ela é criada de forma adequada à sustentação desse desenvolvimento econômico. Entretanto, quando vemos hoje a reação de grupos minoritários contrários à privatização, acreditamos que estão comprometidos com idéias que não fazem parte da modernidade. Modernidade esta entendida como a busca da maneira mais adequada de criar riqueza e desenvolver o País.

Causa estranheza a reação exagerada e apaixonada, criada e estimulada no Rio de Janeiro, contra a privatização de certas empresas nacionais. Vemos, agora, o exemplo notável da Companhia Siderúrgica Nacional, que teve um papel emblemático quando fundada e hoje já não encontra mais razão de ser como parte do sistema público de produção. No mundo inteiro, há mais facilidade de transacionar via empresa privada.

Entretanto, gerou-se no Rio de Janeiro uma ação estimulada pelo Governo do Estado — que não tinha racionalidade — contrária à privatização da Companhia Siderúrgica Nacional.

Acreditamos que, com a privatização, a Companhia Siderúrgica Nacional terá muito mais condições, não só de competir a nível internacional, como também de se desenvolver e crescer, o que hoje não está acontecendo por falta de recursos, pois o Governo não tem condições de investir.

Ora, se a CSN encontra-se estagnada, sem condições de crescimento, nada mais lógico do que entregá-la à iniciativa privada, que é mais capaz de geri-la bem e renovar os seus investimentos, mormente num caso como este em que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social teve o cuidado de fixar normas mediante as quais os empregados da Companhia tiveram participação no processo de privatização, evitando-se, assim, o monopólio das empresas privadas.

Penso que a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional é um fato que ajuda o nosso desenvolvimento e compõe esse espectro de modernidade de que nosso País precisa no presente momento.

Acredito que uma coisa deve ser ressaltada nesse processo: o papel do Senhor Presidente da República, que, apesar das pressões, manteve-se firme e conduziu o processo às suas últimas consequências. Portanto, quero parabenizá-lo por sua firmeza e determinação no processo de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional que, seguramente, faz bem ao País, é oportuno e ajuda o nosso desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Iram Saraiva. (Pausa.)

S. Ex^a não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flaviano Melo. (Pausa.)

S. Ex^a não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Nelson Carneiro. (Pausa.)

S. Ex^a não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flaviano Melo.

O SR. FLAVIANO MELO (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{os} e Srs. Senadores, tenho acompanhado atentamente os acontecimentos atinentes ao Acre, terra sofrida e muitas vezes esquecida pelos centros de decisões.

Fato recente que chamou sobremaneira a minha atenção diz respeito à ocupação da sede da Fundação Chico Mendes, há poucos dias, em Xapuri, dirigida pela viúva do Líder Sindical morto em 1988, Sr^a Ilzamar Mendes. Pasmem, a ocupação do espaço físico daquela sede, construída recentemente pela Ilza e os seus companheiros de apoio (aqueles que verdadeiramente viveram intensamente a luta e os ideais de Chico Mendes), foi produzida não por segmentos sociais contrários à preservação do meio ambiente para melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais; mas, exatamente, por quem se diz defensor ardoroso destas mesmas bandeiras. E o pior: produziram tudo isto em nome dos seringueiros.

E eu pergunto:

Será que os seringueiros, aqueles que realmente sofrem e mourem diuturnamente cortando seringa, quebrando castanha e praticando agricultura de subsistência, iriam invadir um patrimônio que reverencia a memória do seu líder maior?

E a resposta é simples: eles (os seringueiros) não fariam essa aberração. O que se pregou ali a vida inteira foi a unidade dos trabalhadores do campo, e graças a isto, surgiu o empate, instrumento pacífico de luta que, pela sua eficácia, impediu que o Acre fosse devastado totalmente.

Então não foram os liderados do Chico Mendes que invadiram a Fundação que leva o seu nome, mas grupos ideológicos e políticos a serviço de interesses que não dos seringueiros que proporcionaram essa insanidade.

Aliás, esses grupos são bem localizados e visíveis e têm o poder como algo obstinado e pessoal. Há que se repudiar atitudes como esta que joga no divisionismo para enfraquecer uma luta mundialmente reconhecida.

Como Senador da República tenho que repudiar tais práticas nocivas ao Acre e à soberania de seu povo organizado.

Ao que eu sei, a Fundação Chico Mendes foi criada, via assembleia de trabalhador, em junho de 1989, que conduziu Ilzamar para presidência, e em outubro de 1989, formou-se uma outra assembleia para, de forma manobrista, tirar Ilza da presidência, numa ação clara de tirar direito líquido e certo de quem a tem, no caso a esposa do líder assassinado.

Para ver a reposição do seu direito líquido e certo, Ilza recorreu à Justiça na Comarca de Xapuri, cuja ação resultou em sentença judicial três anos depois, em 1992, dando ganho de causa à presidente impedida pelo golpismo acima mencionado.

Nessa nova etapa de retomada da Fundação, via justiça, fora dado à Ilza alguns prazos para a funcionalidade da entidade: sede adequada, reformulação do estatuto, etc.

E isto foi feito, desagradando àqueles que vêem Chico Mendes como uma máquina incansável fabricadora de dólares.

E mais: colidem com Ilzamar porque ela e seus companheiros estão empenhados, após três anos de atraso ou interrupção, devido o seu impedimento arbitrário em 1989, em colocar alguns planos em prática, como por exemplo, implementar uma política de desenvolvimento que visa à melhoria das condições de vida daqueles que vivem isolados na mata.

A propósito, quero lembrar que recentemente ela esteve aqui, em Brasília, juntamente com o seu atual companheiro Júlio Nicácio e Zuza Mendes, defendendo projetos que objetivavam aquisição de maquinários para construir ramais, açudes, e aradagem da terra para plantio agrícola e dos seringais. Antes, porém, ainda como Governador, recebi muitas vezes Chico Mendes e Gilson Pescador, defendendo uma política de equilíbrio para os trabalhadores de Xapuri. Hoje estas idéias estão vivas e não podem ser impedidas. Eles sabem, Ilza, Júlio, Zuza Mendes e Gilson Pescador e os seringueiros, que o extrativismo da borracha e da castanha está economicamente exaurido, mas ainda é a nossa principal economia carecendo de definição de uma política justa de preço e mercado; mesmo assim precisa-se buscar outras alternativas econômicas já. Acertadamente achamos que o seringueiro terá que criar peixe, aves e até o seu gadinho, além de praticar agricultura com o mínimo de exigência técnica.

Para isso buscam apoio de diversos organismos em Brasília e no Acre. Junto à Universidade Federal do Acre buscaram parceria para uma série de realizações como curso de legislação ambiental e outros assessoramentos técnicos específicos.

Ora, esse é o modelo que Ilzamar imagina implementar para ajudar o seu povo a sair da miséria; por isso paga o preço alto de perseguição odiosa por todos os ângulos.

É que essas ações iniciais incomodam a inércia.

Penso que essas forças destrutivas deveriam mudar de tática e somar esforços ao lado dessa mulher extraordinária que por tudo que passou e está passando merece a solidariedade social e política da sociedade sadia do Acre. Não só ela mas todas as viúvas que tiveram seus maridos mortos na luta pela terra, como a viúva de Ivair Higino, do Ilson Pinheiro e tantos outros.

A sociedade organizada não poderá achar bonito o massacre que ora impõe à Ilzamar seus algozes. Admito que, mesmo que ela tivesse cometido uma série de erros na condução da Fundação, e pelo visto ela não os praticou, mesmo assim a sua condição de mulher, viúva e com filhos pequenos para criar deve ser respeitada.

Ao que me cumpre, como senador, empresto-lhe toda a minha solidariedade e respeito, ao mesmo tempo em que faço repúdio a esse absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 145/92, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos em comissão na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede em Brasília — D.F., e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 1992-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992-Complementar)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992-Complementar (nº 71/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, tendo

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Alfredo Campos, favorável, na forma de Substitutivo que apresenta.

— 2 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 1992-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992-Complementar)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social.

— 3 —

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1990 (nº 202/91, naquela Casa), de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, previsto no art. 175 da Constituição, e regula a concessão de obra pública. (Dependendo de parecer).

— 4 —

PROJETO DE LEI CÂMARA Nº 13, DE 1991-COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991 — Complementar (nº 223/90-Complementar, na Casa de origem), que regulamenta o § 2º do art. 171 da Constituição Federal, dispondo sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias previstas no art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências, tendo

— Pareceres, sob nº 49 e 88, de 1991, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 1º pronunciamento: favorável ao Projeto, com as Emendas de nº 1 a 4-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: contrário às Emendas de nº 5 a 17, de Plenário.

— 5 —

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 1992**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992 (nº 82/91, na Câmara dos Deputados), que altera o artigo 29 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 246, de 1992, da — Comissão Temporária.

— 6 —

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 23, DE 1991**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição 23, de 1991 (45/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 24, de 1992, da — Comissão Temporária.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 50 minutos.)

ATOS DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 248, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0494/93-3, resolve:

Aposentar, voluntariamente, SEVERINO XAVIER DE LIMA, matrícula 0064, Especialista em Indústria Gráfica Legislativa/Técnicas, Primeira Classe, Padrão IV/M19, do CEGRAF, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a e 192, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, 2 de abril de 1993. — Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 249, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do processo nº 451/93-2, resolve:

Aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, AFONSO MARCO MOARES, matrícula 1302, Especialista em Indústria Gráfica Legislativa/Técnicas, classe Especial, Padrão III/M22, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea c, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, 2 de abril de 1993. — Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 250, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0524/93-0, resolve:

Aposentar, voluntariamente, MARIA DE FÁTIMA GONÇAVES DE ARAÚJO, matrícula 1313, Especialista em Administração Legislativa/Análise, Classe Especial, Padrão V/S30, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a e 193, da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, 2 de abril de 1993. — Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 251, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0511/93-5, resolve:

Aposentar, voluntariamente, ANTONIO DIAS VIANA, matrícula 0307 Especialista em Administração Legislativa/Técnicas, Primeira Classe, Padrão I/M16, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a e 192, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, 2 de abril de 1993. — Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 252, DE 1993

Disciplina, no âmbito do Senado Federal, a avaliação de desempenho do servidor em estágio probatório.

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve:

Art. 1º A avaliação de desempenho do servidor em estágio probatório a que se refere o art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observará o disposto neste Ato.

Art. 2º Fica instituído o processo de avaliação de desempenho do servidor em estágio probatório composto, na forma dos Anexos I e II deste Ato, pelos seguintes instrumentos:

- a) Anexo I — ficha de Avaliação de Desempenho;
- b) Anexo II — Manual de Instrução.

Art. 3º A avaliação de desempenho do servidor em estágio probatório realizar-se-á a cada 3 (três) meses, contados a partir da entrada em exercício, estendendo-se por 6 (seis) trimestres consecutivos, e a pontuação específica para o sétimo (último) trimestre de avaliação, será calculada pela média dos pontos obtidos nos trimestres anteriores.

Art. 4º O servidor em estágio probatório deverá ser avaliado pela Chefia imediata da área na qual esteja diretamente lotado.

Parágrafo único. O servidor que, no período de avaliação, houver trabalhado sob o comando de mais de uma Chefia,

será avaliado por aquela à qual esteve subordinado por mais tempo.

Art. 5º Os formulários de Avaliação de Desempenho deverão ser encaminhados às Chefias imediatas, pela Subsecretaria de Administração de Pessoal, até o 5º (quinto) dia útil posterior ao trimestre considerado.

Art. 6º Os formulários de Avaliação de Desempenho, devidamente preenchidos, deverão ser devolvidos à Subsecretaria de Administração de Pessoal, até o 15º (décimo-quinto) dia útil, a contar da data do seu recebimento.

Art. 7º A Subsecretaria de Administração de Pessoal, de posse dos formulários de avaliação de desempenho, deverá proceder a atualização dos dados do servidor no Sistema "Histórico Funcional", para fins de análise e acompanhamento do processo.

Art. 8º O servidor que ao término de uma avaliação obtiver uma pontuação inferior a 104 (cento e quatro) pontos, deverá ser comunicado pela Subsecretaria de Administração de Pessoal, sobre as providências que serão tomadas a respeito da avaliação.

Art. 9º Será considerado aprovado no estágio probatório o servidor que obtiver média final igual ou superior a 104 (cento e quatro) pontos, ao término dos 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de sua posse.

Art. 10. Quatro meses antes de findo o período do Estágio Probatório, as avaliações realizadas serão submetidas pela Subsecretaria de Administração de Pessoal ao Diretor-Geral do Senado Federal, para homologação, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores constantes do art. 20 da Lei nº 8.112/90.

Art. 11. os Órgãos Supervisionados do Senado Federal, mediante Atos dos respectivos Conselhos de Supervisão, aplicarão, no âmbito de suas competências, o processo de Avaliação de Desempenho do servidor em estágio probatório, aos servidores de seus Quadros de Pessoal, com as adaptações que se fizerem necessárias.

Art. 12. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.
Senado Federal, 2 de abril de 1993. — Senador Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal.

ANEXO I FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENH

SENADO FEDERAL SUBSECRETAria ADMINISTRATIVA SUBSECRETAria DE HISTÓRICO FUNCIONAL		AVALIAÇÃO DE DESEMPENH
SF 267		
IDENTIFICAÇÃO		PONTUAÇÃO
NOME	CARGO	104
CINTELE	CATEGORIA FUNCIONAL	104
DATA	CLASSE	104
DEPARTAMENTO	PERÍODO	104

PERÍODO DE AVALIAÇÃO:		TRIMESTRE:				
CARACTERÍSTICAS PARA A AVALIAÇÃO		PONTUAÇÃO				
		PERÍO	1	2	3	4
ASSUNDO	PRESÊNCIA	3	1	1	1	1
	PONTUALIZAÇÃO	3	1	1	1	1
DISCIPLINA	APRENDIZAGEM	2	1	1	1	1
	POURÉ	2	1	1	1	1
INICIATIVA	CONHECIMENTO DE DIRETÓRIOS	3	1	1	1	1
	APRENDAZDO DE TRABALHO	3	1	1	1	1
PRODUTIVIDADE	ATIVIDADES	3	1	1	1	1
	TONADA DE DECISÃO	2	1	1	1	1
RESPONSABILIDADE	AVALIAÇÃO DE TRABALHO	5	1	1	1	1
	CONHECIMENTO DE TRABALHO	3	1	1	1	1
	INTERVENÇÃO NO TRABALHO	4	1	1	1	1
	APROVAÇÃO PROFISSIONAL	3	1	1	1	1
	ATIVIDADES	4	1	1	1	1
	APROVAÇÃO NO TRABALHO	3	1	1	1	1
TOTAL DE PONTOS NO TRIMESTRE		104				

CLASSIFICAÇÃO	PONTOS		ANO:
	MÉ	MÉ	
SUPERIOR	106	105	104
NORMAL SUPERIOR	102	100	104
NORMAL	104	101	104
NORMAL INFERIOR	97	103	104
INFERIOR	94	97	104

ENCERRAMENTO DA AVALIAÇÃO		DATA: 02/04/93	
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	CRITICA
DEPARTAMENTO	APRENDIZADO	ANALISADO	

ANEXO II**MANUAL DE INSTRUÇÕES
PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS****SENADO FEDERAL****Diretoria Geral****SECRETARIA ADMINISTRATIVA**
Subsecretaria de Administração de Pessoal**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO****MANUAL DE INSTRUÇÃO****PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS****BRASÍLIA/1993****AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO****MANUAL DE INSTRUÇÃO****PREOCEDIMENTOS OPERACIONAIS****SENADO FEDERAL****COMISSÃO DIRETORA:****Sumário**

1. Apresentação
2. Objetivo do Manual
3. Clientela
4. Conceito
5. Periodicidade das Avaliações
6. Encaminhamento dos Formulários
7. Devolução dos Formulários
8. Preenchimento dos Formulários
9. Considerações Gerais
10. Procedimentos Operacionais

1. Apresentação

A Lei nº 8.112, datada de 11 de dezembro de 1990, estabelece, em seu artigo 20, que os servidores aprovados em Concurso Público, ao serem nomeados para o cargo de provimento efetivo, estão sujeitos, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, a um Estágio Probatório, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, devendo ser observadas as características abaixo relacionadas:

*** ASSIDUIDADE**

- presença
- pontualidade

*** DISCIPLINA**

- aparência pessoal
- polidez
- cumprimento de ordens/normas

*** INICIATIVA**

- aprendizado do trabalho
- interesse
- tomada de decisão

*** PRODUTIVIDADE**

- qualidade no trabalho
- conhecimento do trabalho
- rendimento no trabalho

*** RESPONSABILIDADE**

- amadurecimento profissional
- dedicação
- rapidez no trabalho

2. Objetivo do Manual

Fornecer informações gerais sobre o processo de Avaliação de Desempenho e orientação sobre o preenchimento do formulário utilizado.

3. Clientela

Servidores do Senado Federal, admitidos através de Concurso Público, empossados após 11-12-1990 e que se encontram em período de Estágio Probatório.

4. Conceito

A Avaliação de Desempenho e de Produtividade é um instrumento gerencial, que auxilia o superior hierárquico a acompanhar, medir e corrigir os trabalhos que estão sendo executados pelos servidores sob sua supervisão, em um determinado período, avaliando os resultados obtidos, em confronto com os objetivos preestabelecidos.

5. Periodicidade das Avaliações

As avaliações serão realizadas trimestralmente.

6. Encaminhamento dos Formulários

Os formulários de Avaliação de Desempenho serão encaminhados às chefias imediatas pela Subsecretaria de Administração de Pessoal até o 5º dia útil posterior ao trimestre considerado.

Presidente Senador HUMBERTO LUCENA
 1º Vice-Presidente .. Senador CHAGAS RODRIGUES
 2º Vice-Presidente Senador LEVY DIAS
 1º Secretário Senador JULIO CAMPOS
 2º Secretário Senador NABOR JUNIOR
 3º Secretário Senador JUNIA MARISE
 4º Secretário .. Senador NELSON WEDEKIN

SUPLENTES DE SECRETÁRIO:

Senador LUCÍDIO PORTELA
 Senador CARLOS PATROCINIO
 Senador BENI VERAS

Senador LAVOISIER MAIA

DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL:

Manoel Vilela de Magalhães

DIRETORA DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA:

Paula Cunha Canto de Miranda

DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL:

Paulo Cesar Siqueira Birbeire

COORDENACÃO GERAL DO PROJETO:

Conceição de Maria Wanderley de Azevêdo

CONSULTORIA TÉCNICA:

Danilo Soares de Azevedo (Prodasen)

EQUIPE TÉCNICA/SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL:

Carlos Alberto da Silva Pinheiro

Wagner Fraga Friça

EQUIPE TÉCNICA/PRODASEN:

Antonio Augusto Pimentel

Danilo Soares de Azevêdo

José Roberto Ceolin

Marcelo Estrella

ELABORACÃO DO MANUAL:

Conceição de Maria Wanderley de Azevêdo

EDITORACÃO E PUBLICAÇÃO

Subsecretaria de Administração de Pessoal

REVISÃO E IMPRESSÃO:

Centro Gráfico do Senado Federal/CEGRAF

7. Devolução dos Formulários

Os formulários de Avaliação de Desempenho deverão ser devolvidos à Subsecretaria de Administração de Pessoal até o 15º dia útil da data de seu recebimento.

A não-devolução dos formulários dentro do prazo estabelecido, poderá, indiretamente, prejudicar o servidor.

8. Preenchimento dos Formulários

Os formulários de avaliação deverão ser preenchidos:

a) pela chefia imediata do órgão de lotação no qual o servidor tenha exercido suas atribuições no maior período de tempo dentro do trimestre considerado;

b) à máquina ou em letra de forma.

9. Considerações Gerais

O avaliador deverá, antes de preencher os quadros referentes à característica apresentada, ler com atenção a conceituação atribuída à mesma, bem como a definição de desempenho que melhor espelhe a atuação do servidor.

Para cada característica foram atribuídos pontos que permitem graduar até 4 (quatro) situações de avaliação.

Foram atribuídos pesos às características consideradas e estão especificados na ficha de avaliação.

A ficha de avaliação de desempenho deverá ser preenchida da forma mais criteriosa possível, pois, de acordo com o Parágrafo 2º do Artigo 20 da Lei nº 8.112/90, o servidor não aprovado no Estágio Probatório poderá ser exonerado do cargo ocupado.

A tabulação dos dados obtidos nas avaliações será realizada pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, que remeterá à Subsecretaria de Administração de Pessoal os resultados e os gráficos correspondentes.

Os resultados obtidos nas avaliações constarão dos assentamentos funcionais do servidor.

10. Procedimentos Operacionais

A partir da página 5 serão apresentadas as características da avaliação, bem como, as instruções de preenchimento do formulário a ser utilizado.

MANUAL DE INSTRUÇÃO AVALIAÇÃO DE DESEMPENHOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DEFINIÇÕES DAS CARACTERÍSTICAS DA AVALIAÇÃO

1. Assiduidade

Considerar a presença no ambiente de trabalho, de uma forma constante e permanente, bem como o cumprimento do horário de trabalho, tanto na entrada como na saída do expediente normal.

1.1 — Presença

- a) nenhuma falta no trimestre 4 pontos
- b) de 01 a 02 faltas 3 pontos
- c) de 03 a 05 faltas 2 pontos
- d) acima de 05 faltas 1 ponto

1.2 — Pontualidade

- a) nenhum atraso no trimestre 4 pontos
- b) de 01 a 02 atrasos 3 pontos
- c) de 03 a 05 atrasos 2 pontos
- d) acima de 05 atrasos 1 ponto

2. Disciplina

Considerar o comportamento quanto à forma de acatar e cumprir as ordens recebidas, bem como, seguir as normas disciplinares existentes.

2.1 — Aparência Pessoal

- a) Irrepreensível 4 pontos
- está sempre muito bem trajado e limpo, apresentando-se da melhor forma para o desempenho das suas funções.

2.2 — Adequada

- veste-se de forma adequada para o seu trabalho e está sempre limpo.

2.3 — Razoável

- não se preocupa com a sua aparência, necessitando de algumas orientações em relação à limpeza e apresentação.

2.4 — Inadequada

- é descuidado no vestir-se e a sua apresentação e sua higiene deixam muito a desejar.

2.5 — Polidez

a) Muito educado

- obedece às regras da boa educação, apresentando condições de relacionar-se sempre muito bem com todos que lhe cercam.

b) Educado

- apresenta um nível de educação coerente com o ambiente de trabalho.

c) Maleducado

- deixa a desejar na sua forma de tratar e dirigir-se às pessoas.

d) Grossinho

- falta-lhe polidez e educação, e não consegue tratar as pessoas de forma aceitável.

2.6 — Cumprimento de Ordens e Obediência às Normas Vigentes

a) Bastante disciplinado

- está sempre pronto a cumprir as ordens recebidas e preocupa-se em agir de acordo com as normas vigentes; é um exemplo para os colegas.

b) É disciplinado

- cumpre as ordens de forma a não causar problemas e age segundo as regras disciplinares do órgão.

c) Pouco disciplinado

- apresenta algumas falhas disciplinares e necessita de acompanhamento para o cumprimento de ordens, dando pouca importância às normas vigentes.

d) Indisciplinado

- não aceita receber ordens, sendo sempre chamado à atenção por não cumprir o que lhe foi solicitado; é um mau exemplo para os colegas.

3. Iniciativa

Considerar a agilidade e desembaraço no que diz respeito à resolução de problemas e situações difíceis que se apresentem no seu trabalho.

3.1 — Aprendizado do Trabalho

a) Muito rápido

- sua facilidade de aprendizagem é espantosa, desenvolvendo atividades que lhe foram confiadas e, em alguns casos, melhorando as suas execuções..

b) Sem dificuldades

- seu aprendizado é considerado normal e igual ao dos demais servidores, sem sobrecarregar o instrutor no seu treinamento.

c) Muito lento

- não aprende nada com rapidez, mesmo demonstrando

o desejo de se instruir, necessitando de muito tempo para o aprendizado.

d) Com dificuldades 1 ponto

— apresenta dificuldades no aprendizado, e não consegue executar o que lhe foi ensinado por diversas vezes. Está fadado a desempenhar o mesmo trabalho por incapacidade de aprender coisas novas.

3.2 — Interesse

a) É superinteressado 4 pontos

— seu nível de interesse pelo trabalho é muito grande e se destaca por procurar sair-se melhor do que todos em tudo que faz.

b) É sempre interessado 3 pontos

— mostra sempre sua dedicação ao trabalho e demonstra gostar de executar suas atribuições.

c) É pouco interessado 2 pontos

— deixa sempre a desejar, pois é necessário que se desperte seu interesse pelo trabalho.

d) É totalmente desinteressado 1 ponto

— é indiferente a tudo aquilo que executa e parece que está sempre desgostoso das atividades que realiza.

3.3 — Tomada de Decisão

a) É rápido e seguro 4 pontos

— a sua decisão é sempre acertada e sabe escolher o momento exato para apresentar suas idéias e conhecimentos do trabalho.

b) É coerente 3 pontos

— tem boas idéias para a tomada de decisão em função do conhecimento dos recursos existentes no seu setor de trabalho.

c) Indeciso 2 pontos

— teoricamente pode tomar decisões, mas necessita de orientação para decidir pela melhor solução prática.

d) É totalmente incoerente 1 ponto

— não decide nada e suas posições são sempre de omisão, deixando as decisões para outras pessoas.

4. Produtividade

Considerar a atenção, a qualidade e o conhecimento do trabalho, bem como a rapidez com que executa suas atribuições.

4.1 — Qualidade no Trabalho

a) Muito bem feito 4 pontos

— mostra sempre um trabalho muito bem feito e dispõe de uma habilidade fora do comum para realizá-lo.

b) Boa apresentação 3 pontos

— realiza seu trabalho com atenção e cuidado; a qualidade apresentada é boa, tendo-se em vista os padrões estabelecidos.

c) É inconstante 2 pontos

d) Qualidade inaceitável 1 ponto

— faltam-lhe qualidades pessoais para melhorar a apresentação do seu trabalho, não demonstrando interesse em aprimoramentos.

4.2 — Conhecimento do Trabalho

a) Tem total domínio 4 pontos

— possui pleno conhecimento das suas tarefas, podendo executar trabalhos mais complexos, e até socorrer seus colegas em suas dúvidas.

b) Conhece bem o trabalho 3 pontos

— pelo que apresenta, demonstra conhecer bem o seu trabalho e não preocupa a chefia para executar suas tarefas.

c) Ainda é inseguro 2 pontos
— precisa ser acompanhado para executar as tarefas que lhe são atribuídas, pelo pouco domínio que possui do trabalho.

d) Desconhece totalmente 1 ponto

— não sabe trabalhar por desconhecer as tarefas ou por não desejar executá-las; é muito confuso.

4.3 — Rendimento do Trabalho

a) Rápido e produtivo 4 pontos

— possui grande eficiência para o desempenho das suas atribuições, mesmo que haja um aumento de serviço

b) Produz normalmente 3 pontos

— seu trabalho é realizado dentro dos padrões estabelecidos para o seu cargo e não compromete os resultados esperados.

c) Produção vigorosa 2 pontos

— seu ritmo de trabalho é lento e pode prejudicar os compromissos assumidos para apresentação dos resultados; precisa de supervisão constante.

d) Inadequado 1 ponto

— dificilmente consegue terminar o que começou; é relapso e deficiente no trabalho que executa.

5. Responsabilidade

Considerar o comprometimento, a confiança e a maturidade necessárias ao bom desempenho das suas atribuições.

5.1 — Amadurecimento Profissional

a) Totalmente ajustado 4 pontos

— sua personalidade evidencia ser uma pessoa totalmente amadurecida, ajustada para o trabalho, e com um grande equilíbrio emocional mantido em qualquer situação, por mais grave que ela seja.

b) Não compromete 3 pontos

— sua conduta não gera problemas de ordem pessoal, sendo compatível com o cargo que ocupa.

c) É imaturo 2 pontos

— não apresenta um grau de maturidade suficiente para não trazer problemas, necessitando de acompanhamento por parte da supervisão.

d) Totalmente irresponsável 1 ponto

— faltam-lhe autocontrole e habilidade para desempenhar suas atribuições; é instável emocionalmente.

5.2 — Dedição

a) Totalmente dedicado 4 pontos

— desempenha suas atribuições colocando-as acima de sua própria comodidade pessoal, estando sempre atento a todas as oportunidades que surgirem; sua vida profissional está sempre em primeiro lugar.

b) Parcialmente dedicado 3 pontos

— cumpre suas atribuições profissionais de acordo com o esperado; aproveita as oportunidades para o seu aperfeiçoamento profissional.

c) Dedicação Moderada 2 pontos

— demonstra pouco interesse em cumprir as suas obrigações, bem como no aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento profissional.

d) Nenhuma dedicação 1 ponto

— não demonstra interesse em nada do que faz, faltando-lhe seriedade e preocupação em se desenvolver profissionalmente.

5.3 — Rapidez no Trabalho

a) Muito rápido 4 pontos

— é muito mais rápido do que seus colegas quando exe-

cuta suas atribuições e jamais compromete a sua chefia por atraso nos resultados esperados.

b) Desenvolve normalmente 3 pontos

— seu nível de rapidez é suficiente para a execução das tarefas que lhe são confiadas e seu ritmo de trabalho não causa problemas.

c) Ritmo inconstante 2 pontos

— seu ritmo de trabalho é variado, sendo — algumas vezes rápido, outras vezes lento; sempre está sendo lembrado que precisa ser mais rápido na execução dos seus trabalhos.

d) Totalmente parado 1 ponto

— é bastante lento a ponto de não conseguir atingir os resultados desejados; compromete a execução dos trabalhos.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

1. Campos preenchidos pelo computador

Os campos abaixo relacionados serão preenchidos automaticamente pelo computador, através do Sistema HISTÓRICO FUNCIONAL:

- Nome do Servidor;
- Número do Prontuário do Servidor;
- Data de Admissão;
- Categoria Funcional;
- Área de Atuação;

— Classe da Categoria Funcional;

— Padrão da Categoria Funcional;

— Lotação Atual do Servidor;

— Período da Avaliação; e

— Característica Assiduidade (presença e pontualidade).

2. Campos preenchidos pelo avaliador

Os campos a seguir devem ser preenchidos pelo Avaliador e não devem ser rasurados:

— características;

— total de pontos no trimestre;

— classificação;

— recomendações e observações gerais.

2.1. Características

Para cada característica apresentada, escolher uma das pontuações contidas no campo Pontuação a ser assinalado com um x (xis) um dos valores (que varia de 1 a 4) para o ítem avaliado, sendo o valor 4 o máximo, utilizado para uma situação de excepcionalidade.

A característica Assiduidade, como já foi citado anteriormente, está devidamente preenchida e não deve ser alterada, nem rasurada.

2.2. Total de Pontos no Trimestre

A totalização da avaliação será feita somando-se todos os resultados dos produtos dos pesos x nota obtida.

EXEMPLO:

Característica

		PESO	1	2	3	4
- ASSIDUIDADE	Presença	3	-	-	X	-
- DISCIPLINA	Pontualidade	3	-	-	X	-
	Aparência Pessoal	2	-	-	-	X
	Polidez	2	-	X	-	-
- INICIATIVA	Cumprimento de Ordens	3	-	-	X	-
	Aprendizado do Trabalho	3	-	X	-	-
	Interesse	5	-	X	-	-
	Tomada de Decisão	2	-	-	X	-
- PRODUTIVIDADE	Qualidade no Trabalho	5	-	-	X	-
	Conhecimento do Trabalho	3	-	-	-	X
	Rendimento no Trabalho	4	-	-	-	X
- RESPONSABILIDADE	Amadurecimento	5	-	-	-	X
	Dedicação	4	-	-	X	-
	Rapidez no Trabalho	3	-	-	-	X

$$\text{TOTAL} = (3 \times 3) + (3 \times 3) + (2 \times 4) + (2 \times 2) + (3 \times 3) + \\ (3 \times 2) + (5 \times 2) + (2 \times 3) + (5 \times 3) + (3 \times 4) + \\ (4 \times 4) + (5 \times 4) + (4 \times 3) + (3 \times 4) = 146$$

TOTAL DE PONTOS NO TRIMESTRE 146 pontos

2.3. Classificação

Assinalar com um x (xis) no Trimestre correspondente ao da avaliação, o intervalo de pontos no qual o servidor se enquadra:

— no caso do exemplo apresentado, ao totalizar 146 pontos, o servidor se encontra na classificação Normal Superior.

CLASSIFICAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	NÍVEL DO DESEMPENHO
160 - 188 ... Superior	muito acima do esperado
132 - 159 ... Normal superior ...	pouco acima do esperado
104 - 131 ... Normal	dentro do esperado
076 - 103 ... Inferior normal ...	pouco abaixo do esperado
047 - 075 ... Inferior	muito abaixo do esperado

Ao final do quarto trimestre de avaliação, estará delineado um gráfico que demonstrará o nível de desempenho do servidor.

2.4. Recomendações

Ao término da avaliação do servidor e com base na pontuação obtida, o avaliador deverá propor:

- treinamento especializado;
- readaptação às rotinas de trabalho;
- acompanhamento parcial ou integral de uma pessoa responsável pela execução de algumas tarefas junto ao avaliado;
- em casos extremos é embasado em uma documentação específica, a exoneração do servidor avaliado;
- reenquadramento do servidor, através da progressão funcional ou instrumento similar de reconhecimento do mérito;
- alguma premiação pela alta pontuação obtida, tal como abonos de faltas ou impontualidades havidas em exercícios anteriores ao da avaliação, por exemplo.

2.5. Observações Gerais

Este bloco de informações deve ser preenchido com informações ou observações obtidas no decorrer do processo de avaliação.

É bastante útil para a passagem de informações a uma nova chefia, caso venha o servidor mudar de lotação ou ausentar-se do seu ambiente de trabalho por um período muito longo.

3. Encerramento da Avaliação

Os campos pertinentes ao encerramento da avaliação devem receber as datas e as assinaturas das pessoas envolvidas no processo, ou seja:

- o próprio servidor;
- a sua chefia imediata;
- o seu diretor, e
- o seu registro nas bases de dados do Sistema Histórico Funcional, onde são informados os seus assentamentos funcionais.

ATO DO PRESIDENTE Nº 253, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.927/93-5, resolve:

Nomear CELMA APARECIDA MARTINS COELHO para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Onofre Quinan.

Senado Federal, 2 de abril de 1993. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 254, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o disposto no art. 33, inciso VII, da Lei nº 8.112, de 1990, combinado com o art. 2º, inciso I, do Ato do Presidente nº 1, de 1993, resolve:

Nomear HERVALDO SAMPAIO CARVALHO, LEADA MARIA SALES BRAUNA BRAGA e CARLOS HENRIQUE DE SOUZA e SILVA, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Medicina, Classe 3º, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, Parte Permanente, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Presidente nº 1, de 1993, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 7 de janeiro de 1993, e tendo em vista a vacância do cargo decorrente dos Atos do Presidente nºs 8/92, 401/92 e 37/93.

Senado Federal, 2 de abril de 1993. — Senador Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal.

MESA	LIDERANÇA DO PMDB	LIDERANÇA DO PTB
Presidente Humberto Lucena – PMDB – PB	Líder Mauro Benevides Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor Ney Suassuna Aluizio Bezerra Gilberto Miranda	Líder Louremberg Nunes Rocha Vice-Líderes Valmir Campelo Jonas Pinheiro
1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues – PSDB – PI		LIDERANÇA DO PDT
2º Vice-Presidente Levy Dias – PTB – MS		Líder Magno Bacelar
1º Secretário Júlio Campos – PFL – MT	LIDERANÇA DO PSDB	LIDERANÇA DO PRN
2º Secretário Nabor Júnior – PMDB – AC	Líder Mário Covas Vice-Líder Jutahy Magalhães	Líder Ney Maranhão Vice-Líder
3º Secretário Júnia Marise – PRN – MG	LIDERANÇA DO PFL	Áureo Mello
4º Secretário Nelson Wedekin – PDT – SC	Líder Marco Maciel Vice-Líderes Elcio Álvares Odacir Soares	LIDERANÇA DO PP
Suplentes de Secretário Lavoisier Maia – PDT – RN Lucídio Portella – PDS – PI Beni Veras – PSDB – CE Carlos Patrocínio – PFL – TO	LIDERANÇA DO PSB	Líder Irapuan Costa Júnior
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Pedro Simon	Líder José Paulo Bisol	LIDERANÇA DO PDS
		Líder Esperidião Amin
		LIDERANÇA DO PDC
		Líder Epitácio Cafeteira
		LIDERANÇA DO PT
		Líder Eduardo Suplicy

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA _ CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Nelson Carreiro

Vice-Presidente: Maurício Costa

Titulares

PMDB

Amir Lando
Antônio Mariz
Cid. Sabá de Carvalho
José Fogaga
Mansueto de Lavor
Nelson Carreiro
Pedro Simon
Alfredo Campos

Suplentes

Wilson Martins
Alvizio Bezerra
César Dias
Garibaldi Alves Filho
Divaldo Surugay
Nabor Júnior
Ronaldo Aragão
Júlio Calmon

PFL

Josephat Marinho
Francisco Rollemberg
Carlos Patrônio
Odacir Soares
Elcio Álvares

Heitorquinto Almeida
Helder Freitas
Júlio Campos
Lourival Baptista
Meira Filho

PSDB

Eva Sley
Juády Magalhães
Beni Veras

Chagas Rodrigues
Teotônio Vilela Filho
Almir Gabriel

PTB

Luiz Alberto
Valmir Campelo

Vaga cedida p/ o PSB (*)
Lourenço Nunes Neto

PDT

Magnó Bacellar

Pedro Tavares

PRN

Júnio Marins

Áureo Melo

PDC

Amazonino Mendes

Moisés Abreu

PDS

Esperidião Amin

Jairton Pannier

PSB + PT

José Paulo Birol

Eduardo Suplley

PST

Eduardo Faria (*)

Secretaria: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramal 3708 e L. W.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senator Alvaro Arêa
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para os futuros
alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel

Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Suplentes

Titulares

PMDB

Amir Lando
Antônio Mariz
César Dias
Cid. Sabá de Carvalho
Divaldo Surugay
Garibaldi Alves Filho
Wilson Martins
Júlio Calmon

Alfredo Campos
Fláviozinho Melo
Imaculada Costa Júnior
José Fogaga
Mansueto de Lavor
Nabor Júnior
Nelson Carreiro
Ronson Tito

**Assistente Ángelo
P. M. da Costa**

Petro Senna
Centibero Jorge (*)

PFL

Edvaldo Ribeiro
Guilherme Polackin
Odair Soares
Helder Freitas
Carlos Patrônio
Francisco Rollemberg

PSDB

Almir Gabriel
Eduardo Suplley
Juády Magalhães

PFL

Almir Gabriel
Vanda Góes e PSL (*)
Lúcio Mendes

PDT

Edvaldo Ribeiro
Guilherme Polackin

PRN

Eduardo Suplley
Juády Magalhães

PPB

Edvaldo Ribeiro

PSD

Edvaldo Ribeiro

PDT

Edvaldo Ribeiro

PTB

Edvaldo Ribeiro

PDT

Edvaldo Ribeiro

PPB

Edvaldo Ribeiro

PSD

Edvaldo Ribeiro

PTB

Edvaldo Ribeiro

PTB

Edvaldo Ribeiro

PFL

Edvaldo Ribeiro

PTB

Edvaldo Ribeiro

PTB

Edvaldo Ribeiro

PTB

Doris Peres
Álvaro Padilha
Beto Parga
Meira Filho
Lourival Baptista
Elcio Álvares

Eduardo Suplley

Magis Cova
Tomásio Vilela Filho

Eva Sley

Waldyr Campelo

Lúcio Mendes

Edvaldo Ribeiro

Nelson Wands

Magnó Bacellar

Vago

Altino Franco

Armando Mendes

Júlio Parga

José Paulo Birol

Edvaldo Ribeiro

Mario Covas Joel Riche Bezi Verna	PSDB Fernando H. Cardoso (*) Aimir Gabriel Chagas Rodrigues	PDS Jardim Panoríbrio PSB + PT Vago	Lúcio Portella
Afonso Camargo Valmir Campelo Levy Dias	PTB Lourenço Nunes Rocha Jonas Pinheiro Márcio Pinto		Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos Ranalli: 3496 e 3497 Residencial: Quinta-feira, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senator Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ranalli 3566
Nelson Wedekin Larquier Mala	PDT Darcy Ribeiro Pedro Teixeira		(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devoluções
Juiz Mário Albino Franco	PRN Vago Ney Maranhão		alterações
Mota Abreto	PDC Gerson Cunha		COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI (23 Titulares e 23 Suplentes)
Ezequiel 'Ama'	PDS Jorge Pamplona		Presidente: Júlio Campos Vice-Presidente: Mário Covas
Eduardo Suply	PT		Titulares
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho Residencial: 3515/3516/4334/3541 Residencial: Terceira-féria, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senator Alexandre Costa – Ranalli 3566	PMDB Wilson Martins Irapuan Costa Júnior Nabor Júnior Ondote Oliveira Divaldo Silveira Roy Böttcher Geraldo Alves Filho		Suplentes
(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devoluções	PFL Antônio Mário Flávio Mello Jeferson Calmon Joel Pópulo Nuber Júnior Roy Becker		PMDB Amir Lander Clear Dias Juventino Dias Magno de Lavor Ronaldo Araújo Rosa Tito Antônio Mário Humberto Lacerda
Humberto Lucena (*)	PPB Francisco Ribeiro José Augusto Monteiro Raimundo Lira Ricardo Freitas		PSDB Edson Penteado Mário Covas Fernando H. Cardoso (*)
Marco Maciel Gedionne Pacheco Lauro Baptista Álvaro Pacheco	PFL Francisco Ribeiro José Augusto Monteiro Raimundo Lira Ricardo Freitas		PTB Jubá Magalhães José Ribeiro
Luiz Ribeiro Craige Rodriguez	PSDB Juracy Magalhães Beto Ruy		PRN Bezi Verna Juracy Magalhães José Ribeiro
João Pimenta Marcelo Pinto	PDT Levy Dias Valmir Campelo		PDC Álvaro Mello Epitácio Cacatá
Petro Teixeira	PRN Darcy Ribeiro		PDS Laudelino Pocchiola
Alberto Franco	PDC Epitácio Cacatá		PSB + PT José Pasto Biel
Mota Abreto			PT Edson Penteado (*)
			Secretário: Celso Antônio Parente – Ranalli 3515 e 3516 Residencial: Terceira-féria, às 14 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senator Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ranalli 3566
			(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devoluções

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 (27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Louremberg Nunes Rocha
 Vice-Presidente: Coutinho Jorge

Titulares

Alfredo Campos
 Juvêncio Dias
 Flaviano Melo
 Garibaldi Alves Filho
 João Calmon
 José Fogaca
 Mansueto de Lavor
 Humberto Lucena
 Amir Lando

Josaphat Marinho
 João Rocha
 Meira Filho
 Álvaro Pacheco
 Júlio Campos
 Bento Parga

Almir Gabriel
 Teófilo Vilela Filho
 Eva Bley

Suplentes

PMDB

Ajuzio Bezerra
 Cid Sabbá de Carvalho
 Irapuan Costa Júnior
 Nelson Carneiro
 Wilson Martins
 Ronaldo Aragão
 Roden Tito
 Ruy Bacelar
 Vago

PFL

Dario Pereira
 Odacir Soares
 Francisco Rollemberg
 Guilherme Palmeira
 Carlos Patrocínio
 Henrique Almeida

PSDB

Mário Covas
 Beti Veras
 José Richa

PTB

Louremberg Nunes Rocha
 Jonas Pinheiro
 Levy Dias

Luiz Alberto
 Marluce Pinto
 Vaga cedida p/ o PST (*)

PDT

Darcy Ribeiro
 Lavoisier Maia

Pedro Teixeira
 Nelson Wedekin

PRN

Áureo Mello
 Júnio Marise

Ney Maranhão
 Albano Franco

PDC

Amazonino Mendes

Gerson Camata

PDS

Jarbas Passarinho

Esperidião Amin

PST

Enéas Faria (*)

Secretaria: Mônica Aguiar Inocente -

Ramais 3496/3497/3321/3539

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Alc Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações